ensaios de

História

Franca, v.1, n 1, 1996

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

BIBLIOTECA FAC. HISTÓRIA DIREITO E SOCIAL-FRANCA

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História
Departamento de História Social, Política e Econômica
FHDSS – *Campus* de Franca

1002022353

Ensaios de História	Franca	v.1, n.1	p.1-150	1996

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor
Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor
Antônio Manuel dos Santos Silva

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor
Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Vice-Diretor
Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta

Editor
Alberto Aggio

Comissão Editorial
Braz Batista Vas, César Ricardo de Andrade, Ernâni Soares de Paula, Joeanne Neves Fraz, Marco Antônio Matos Antônio, Marcos Alves de Souza, Sérgio Hiroaki Motoki

Assessoria Técnica
Jacimar Fátima Ferreira de Rezende, Tercio Pereira Di Gianni

Revisão de Português
Ozíris Borges Filho

Publicação semestral/*Semestral publication*
Solicita-se permuta/*Exchange desired*

Endereço para correspondência: Rua Major Claudiano, 1488 – Cep 14400-690
Franca/SP

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP) Franca, SP – Brasil, 1996 -

1996 - , 1

Capa: Clio – deusa grega da História.
Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira.

APRESENTAÇÃO

Ensaios de História é uma publicação dos alunos da graduação do curso de História da UNESP/Franca. Como tal seu principal objetivo é divulgar o saber acadêmico adquirido neste nível de formação do profissional da História.

Desta forma, suas páginas expressam os primeiros resultados de pesquisadores iniciantes, instigados com o crescimento intelectual frente às questões que se colocam a partir do objeto de pesquisa que vão perscrutar.

Posto isso, especifica-se o caráter desta edição. Nela estão os trabalhos acadêmicos dos alunos de graduação e colaboradores, quer trabalhos resultados de monografias de curso, projetos de iniciação científica e trabalhos desenvolvidos por grupos de estudo, quer temas que mereceram a confecção de artigo, resenha ou tradução.

Não podemos deixar de agradecer o apoio dado pela direção desta Faculdade, pelo Departamento de História Social, Política e Econômica, assim como o auxílio financeiro

fornecido pelo grupo PET/História – Franca para a realização desse projeto editorial, que inclui seu cronograma de atividades nesta edição.

Dessa maneira, esperamos que *Ensaios de História* possa contribuir e estimular a discussão de idéias e questões do mundo acadêmico e da produção historiográfica.

Alberto Aggio*
Editor

* Professor indicado pela Comissão Editorial e pelo D.H.S.P.E.

SUMÁRIO/*CONTENTS*

ARTIGOS/*ARTICLES*

- A mulher no século de Augusto
  Women In The Century of Augusto
  Glaydson José da Silva 9

- Os goliardos
  The Goliards
  Maurício Cândido de Oliveira Soares 27

- A ciência em Giordano Bruno
  The Science In Giordano Bruno
  Cristina Vieira Gomes 39

- Desorganização do capitalismo
  Capitalism's Disorganization
  Rogério Souza Silva 53

- A Regência do Império: liberais, conservadores e a nacionalização da Independência
  The Regency In The Empery: Liberals, Conservatives And The Nationalization Of Independence
  Edna Maria Matos Antônio 61

- A emergência do Estado Nacional chileno: a construção da ordem e o lugar das classes populares
  The Emergence Of The Chilean Nation State. The Construction Of The Order And The Place Of The Working Classes
  Fabiana de Souza Fredrigo 79

• "Somente o difícil é estimulante"
"Only The Difficults Is Stimulating"
Marcos Alves de Souza 97

• A escrita das cidades
The Cities Writting
Arrovani Luiz Fonseca 111

TRADUÇÃO

• Gramsci: um pensamento marcado pela suspeita
José Aricó 123

CRONOGRAMA PET-HISTÓRIA 129

ÍNDICE DE ASSUNTOS 133

SUBJECT INDEX 137

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX* 141

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL . . . 145

ARTIGOS/*ARTICLES*

A MULHER NO SÉCULO DE AUGUSTO

Glaydson José da SILVA*

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é versar sobre a situação da mulher no Principado, abordando-se, então, a evolução histórica do casamento romano e os motivos da sua dissolução.

UNITERMOS: Mulher; casamento; adultério; divórcio.

Analisar a situação feminina diante das transformações sociais ocorridas na Roma antiga à época de Augusto, bem como os motivos das mesmas, são os objetivos deste trabalho. Utilizando-se de fontes literárias do contexto em questão e da produção historiográfica recente, pretende-se aqui desenvolver uma abordagem crítica acerca das condições das mulheres romanas diante do casamento e do divórcio.

Em outras épocas da história romana, a mulher ocupou posições relevantes, já no século de Augusto, esta

* Graduando em História da FHDSS – UNESP – Franca. Este artigo decorre de um trabalho desenvolvido sob a orientação da Profa. Mestre Margarida Maria de Carvalho, do D.H.S.P.E.

adquiriu um papel de maior importância, seja na vida pública ou privada.

Cedo as mulheres já começavam a exercer as funções que lhes eram "pertinentes" — fiar, tecer, etc., coordenadas pela materfamilias[1] a qual cabia a iniciação das jovens nas atividades domésticas.

A difusão cultural dessa vertente da educação romana era tanta, que mesmo em níveis sociais mais abastados, ela se apresentava como fator comum; segundo Suetônio (64,2), as filhas e as netas de Augusto, eram obrigadas a tecer e fiar, pois o imperador só usava roupas por elas confeccionadas.

A mulher romana, além de desempenhar os afazeres domésticos, cuidar da casa, etc, tinha também a incumbência de educar os filhos até os sete anos, independente do sexo, ensinando-os a ler, escrever, recitar versos, etc. A mulher da qual falamos, é aquela que vive na elite, que teve acesso a uma boa formação educacional e cultural. Após a referida idade, os filhos desvinculavam-se das mães e passavam a acompanhar os pais ao Campo de Marte, ao Fórum, à Cúria recebendo também uma educação especial em casa ou nas escolas públicas. Já as meninas continuavam sob a guarda da mãe.

[1] Materfamilias ou matrisfamilias — mãe de família, senhora da casa.

Educadas desde a tenra idade para o casamento, as mulheres romanas de nascimento livre, desde a época em que havia a visão entre patrícias e plebéias, não tinham outra aspiração que não a concretização desse ideal. Desde os seus primórdios nas gens, o casamento romano sempre atendeu a instituições e interesse; ora à família, ora ao Estado; à primeira com a finalidade de garantir apoio dentro das urbes, estabelecer e consolidar amizades, ao segundo, conferindo sua sobrevivência e estabilidade: "A função social da mulher em todas as sociedades, e a romana não foi uma exceção, foi a de manter o grupo social ao qual pertencia, para isto eram educadas e a este fim se dirigiam os esforços de todos quantos a rodearam."(Flores Santamaria, 1986, p.217). A função da mulher era a de manter e perpetuar o corpo cívico. Casar uma mulher, era chamá-la a ser mãe. Via de regra, estas preposições predominaram também no Principado[2] .

> *"Após duas vezes sete anos, a vida chega à puberdade pela força da idade; então começa nos meninos o poder da reprodução e nas meninas a*

[2] Principado ou Alto Império — Período que vai de 27 a.C., quando Augusto recebe o título de imperador, a 198 d.C.

menstruação. Por isso os meninos que passam a ser homens, são liberados da tutela que pesa sobre as crianças, tutela da qual as meninas são liberadas dois anos antes por causa da urgência dos seus desejos." (Macróbio, 1, 6, 71 apud Grimal, 1991, p.96)

O casamento romano, segundo Pierre Grimal (1991, p.62), é criticado por ter consagrado a dependência da mulher, e um referencial notório disso é a questão da nubilidade acima citada, para as mulheres, ser aos 12 anos:

"Mulher menor de 12 anos casada, tornar-se-á legítima, somente quando cumprir os 12 anos." (Digesto,1968, 23, 1, 9).

Para os homens a puberdade se dava aos 14 anos, mas estes, com o consentimento do paterfamilias[3] , casavam-se

[3] Paterfamilias — não era necessariamente um pai, e sim um chefe de família — o último descendente masculino reto. "É a pessoa sui iuris que não tem na linha masculina ascendente vivo, ou , no caso de ter é emancipado." (Meira,

bem mais tarde após terem passado por um processo experiencial maior.

A dona de casa em Roma, nos tempos da República[4], era reservada e pacata, fruto das conjunturas educacionais em que fora criada, cabendo ao marido (talvez seja essa a justificativa para tão prévia nubilidade feminina), moldar a personalidade da jovem que iria desposar — "Pura de corpo e alma", como assegura Plutarco (Plutarco, suma, 26, 1, 3, apud Grimal, 1991, p.95), e que seria uma matrona.

Importante é lembrar que toda a aura sagrada que a cultura romana fazia envolver suas matronas no período republicano, as relegava a condições de passividade e subserviência que certamente, no correr dos anos, na dialética que move a História — iriam culminar em mudanças estruturais na vida social da mulher no Principado.

A idealização da mulher romana casada era tanta que fazia das prostitutas as válvulas de escape dos amores e das paixões reprimidos pelos homens, pois os maridos romanos tratavam suas esposas mais com respeito e idolatria que com amor. Talvez Santo Agostinho, ao ver a prostituta como um

1983, p. 124). Era a pessoa responsável pelo culto familiar, sob o seu domínio estavam a materfamilias, os filhos, os escravos e os bens.

[4] República — Período que vai de 510 a.C. a 27 a.C.

mal necessário, algo cuja existência tornava possível manter os padrões sexuais e sociais estáveis para o resto da sociedade — visão completamente igualitária ao ideário romano, tenha nele se inspirado.

Catão (Grimal, 1991, p.125), ao deparar-se com um jovem envergonhado saindo de um prostíbulo disse:

> *"Fazes bem em frequentar as mulheres à toa e não perturbar as honestas."*

Percebe-se aqui, a real situação das prostitutas e das matronas romanas. A infidelidade dos homens era tolerada, desde que não ferisse a honra das mulheres de família. Já as mulheres que tinham relação com outros homens que não seus maridos eram considerados sem honra — portanto incapazes de gerar filhos, podendo assim, usufruírem de liberdade completa, até mesmo virarem prostitutas, pois não podiam realizar uniões legítimas. Adultérios e divórcios eram hábitos comuns na sociedade de Augusto, contrariando a velha moral romana. O contexto em que se vive, é o da "perda" dos antigos valores morais da família romana; para Augusto, as camadas sociais altas, passavam por inúmeras transformações — era uma verdadeira revolução dos costumes.

Inconcebível seria analisar a situação das mulheres na Roma antiga e toda a sua problemática sem necessariamente passar pelo casamento romano, pois nele se encontram os fatores elucidativos da não fictícia "Revolução doméstica" — experienciada pela sociedade romana entre a República e o Principado.

O casamento romano assentava-se na Iustae nuptiae — justas núpcias ou justas uniões podiam se dar de duas maneiras distintas: cum manu e sine manu, sendo a manus, o poder exercido sobre a mulher. "... Eles (os romanos) conheceram duas formas de casamento: o casamento cum manu e o casamento sine manu. Todos os dois são casamentos legítimos." (Giffard, 1948, p. 227 apud Robleda, 1970, p.1). Segundo a maior parte dos autores de direito romano, o casamento cum manu foi a primeira forma de união conjugal a surgir em Roma; pre-existente à lei das XII Tábuas — coexistindo depois, para alguns, com o casamento sine manu e, "... perdendo terreno pouco a pouco, dando-se por desapercebido no final da época clássica" (Robleda, 1970, p.2).

Casamento cum manu

Dentre vários poderes do pater potestas[5], estava a manus, que significava também, o poder dele sobre as mulheres de sua família. Nessa forma de união, a mulher alieni iuris (subordinada ao pater potestas), passava da dependência do paterfamilias de sua família, para a dependência do paterfamilias da família do marido e deste, sendo seus bens, incorporados ao patrimônio da família do marido; mesmo sendo a mulher sui iuris (não subordinada ao pater potestas), essa regra permanece.

A condição assumida pela mulher no casamento cum manu é de total dependência com relação aos homens só havendo a troca da manus de mãos. Nesta forma de casamento, a aquisição da manus dava-se de três maneiras:

Confarreatio - era a forma com que os patrícios se casavam, celebrada com rigorosas solenidades e ritos, onde a presença de dez testemunhas (representantes das cúrias romanas), realizava-se a união do casal que, "depois de orações e sacrifícios aos deuses partiam e comiam um bolo de cereais

[5] Pater potestas — poder do chefe de família sobre todos os membros da sua comunidade.

(ferreus panis), de onde veio o nome desta espécie de casamento — confarreatio (Robleda, 1970, p.6).

Coemptio - Ao contrário do confarreatio, esse tipo de casamento era exclusivo dos plebeus. Ficticiamente, através de encenações, a futura esposa, na presença de cinco pessoas, era vendida àquele que a tomaria por mulher — ato este, coordenado por um profissioal, o "porta balança" "... que lhe avaliaria o valor. Essa forma lembra os primitivos costumes da compra de metais preciosos que eram oferecidos ao pai da noiva" (Meira, 1983, p.132).

Usus - A manus, segundo esse tipo de união, só era concedida após um ano de convivência de um casal não casado; podendo deixar de sê-lo (concessão) se no decorrer deste ano, a mulher se ausentasse da casa por três noites consecutivas; esta preposição era uma arma feminina utilizada muitas vezes para que as mulheres saíssem de relações indesejáveis e adquirissem o direito de administrar os seus bens. "Com este simples artifício, desde meados do século V a.C., a mulher começa a conseguir uma total independência econômica, e que seus bens não caiam sob a administração do marido." (Montero Montero, 1986, p.195).

De uma maneira genérica, um comentário que se pode tecer a essas duas últimas formas de união conjugal plebéias, é

que as mesmas alcançam uma difusão maior com a Lex Canuleia[6] de 445 a.C.

Casamento sine manu

O casamento sine manu aparece como uma forma de contrapor as uniões cum manu, pois com a Lex Canuleia, as famílias patrícias tinham os seus patrimônios ameaçados, porque podendo uma jovem patrícia casar-se com um plebeu, muitas vezes sem o consentimento do paterfamilias, isto implicava na transferência de seus bens, de seu dote, para o paterfamilias de uma outra família que certamente se beneficiaria de tal união.

Se a mulher casada é alieni iuris, ela continuará sob a dependência do paterfamilias de sua família, se for sui iuris permanecerá dispondo de seus bens, a sine manu não modifica o estatuto feminino, a condição jurídica da mulher.

[6] Lex Canuleia — Lei que permitiu o casamento entre patrícios e plebeus.

Divórcio

Entre o final da República e o início do Principado, Roma experiencia uma verdadeira revolução de costumes. A situação feminina, que ao longo de séculos era de completa subserviência, com relação aos homens, assume diretrizes opostas. "Várias leis formuladas no fim da República garantiam à mulher uma certa gerência de seu dote, o recebimento de heranças e o enfraquecimento das formas assumidas por tutela. As mudanças políticas e econômicas pelas quais passou o Império Romano trouxeram transformações, também à condição feminina" (Carvalho e Gonçalves, 1993, p.118).

Com o casamento sine manu, as mulheres adquiriram um direito que antes era exclusivo aos homens — o repúdio. "... no fim da República, enquanto os maridos haviam usurpado a faculdade de anular a seu bel prazer as uniões que haviam concluído, o casamento sine manu concedeu o mesmo direito à mulher" (Carcopino, 1990, p.120).

Repudiadas indistintamente, ora por saírem à rua com os rostos descobertos, ora por serem vistas conversando com libertas de má reputação ou pelo fato de não terem dado filhos aos maridos, as mulheres foram em parte beneficiadas com a

lex julia de adulteriis[7], que estabeleceu critérios rígidos para o repúdio; e ao adquirirem também esse direito, as mesmas conquistaram conseqüentemente uma maior liberdade individual, bem como em alguns casos a autonomia financeira.

Os desdobramentos da nova situação feminina no Principado tornaram-se evidentes, os casamentos agora dissolviam-se com maior freqüência devido à facilidade dos divórcios. A literatura licenciosa de Ovídio[8] influenciava a postura de homens e mulheres, através da sua "Arte de amar"; a participação feminina era ativa nos festins, teatros, espetáculos, etc. O interesse intelectual das mulheres exteriorizava-se no gosto pelas ciências humanas e também pela dedicação à literatura — onde não limitavam-se somente a ler e estudar autores clássicos, mas também a produzirem.

A ascenção social feminina bem se traduz por esta citação de Jérôme Carcopino: "Se agora recusam a função materna, em compensação as romanas dedicam-se às raias do absurdo, a toda espécie de ocupação que nos tempos da

[7] Lex Julia de Adulteriis — Lei promulgada ao tempo de Augusto, com o objetivo de reprimir os adultérios, estabelecendo critérios e exigências para o repúdio.

[8] Ovídio — Nascido no ano de 43 a.C., era filho de família abastada da ordem eqüestre. A sua obra reflete o clima erótico e requintado em que vivia, nela fazendo oposição declarada à moralização proposta à sociedade pelo governo de Augusto. Ovídio figura aqui como um poeta que cantava o amor, o profano...

república os homens ciosamente reservavam para si; e na sátira, para a alegria dos leitores, Juvenal pinta uma série de retratos, com tênues traços de caricatura de mulheres que, abandonando o bordado, as leituras, o canto ou a lira, dedicam-se com o mesmo empenho a assemelhar-se aos homens, se não a superá-los em todos os campos" (Carcopino, 1990, p.115).

Dentro dessas conjunturas, o divórcio torna-se uma prática comum no Império, sendo, certamente, uma das causas de decréscimo da taxa de natalidade neste período; justificando assim as preocupações de Augusto, perceptíveis em sua legislação: Lex julia de maritandis oridinibus[9] e a Lex Papia Poppea[10].

No casamento cum manu, somente o marido podia dissolver os laços conjugais, pois a faculdade de repudiar a mulher fazia parte do poder que o esposo exercia sobre a mulher. Quando esta ocorria em falta grave, era organizado um concilium familiar[11] pela família do marido para

[9] Lex Julia de Maritandis Ordinibus — Lei promulgada ao tempo de Augusto, com o objetivo de reestabelecer a família romana, que se mostrava comprometida com os novos costumes, decrescendo em índices alarmantes a natalidade do império.

[10] Lex Papia Poppea — mesmo teor da Lex Julia de Maritandis Ordinibus.

[11] Concilium familiar — tribunal familiar composto por membros da família do marido, ao qual cabia o julgamento final sobre a conduta das mulheres acusadas de adultério.

julgamento dos delitos cometidos. Este tribunal doméstico era de grande importância e os maridos que não o respeitavam eram punidos pelos sensores.

Arcádio Del Castillo (1986, p.187) estabelece um importante debate sobre o divórcio romano, distinguindo-o historicamente enquanto delito privado e como delito público; por aquele, as mulheres eram castigadas de forma indiscriminada, problema em grande parte resolvido quando esse delito passou à esfera pública com a criação de leis que protegiam as mulheres. Isso impossibilitou os maridos de exercerem o ius occidendi — direito de matar a esposa quando esta era surpreendida em flagrante adultério e quando não era surpreendida no ato podia ser submetida ao concilium familiar, que em geral lhe decretava a pena de morte.

Dentre as reformas sociais propostas por Augusto, há que se considerar aquelas, que por sua natureza, refletem a grande preocupação do imperador em reverter a situação da Roma de então.

Repreensão aos adultérios, instituição de taxas àqueles que chegavam à velhice sem terem tido filhos, perseguição à infertilidade e às práticas abortivas, bem como dificultar os divórcios, formam os principais vetores políticos de Augusto; encontra-se aqui um grande leque de opções para

pesquisadores, uma vez que a historiografia ainda não privilegiou a contento essas problemáticas, principalmente tendo como objeto a mulher nelas inserida.

SILVA, Glaydson José da. Women In the century of Augusto. *Ensaios de História*, Franca, v.1, n.1, p. 9-25, 1996.

ABSTRACT: The main objetive of this article is to stimulate a debate about the life of women during the Roman Empire. Following on from this, we will also be looking at the historical evolution of the Roman wedding and the reasons for its dissolution (legal ending).

KEYWORDS: Women; wedding; adultery; divorce.

Referências bibliográficas

CARCOPINO, Jérôme. **A vida cotidiana**: Roma no apogeu do império. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria Margarida de, GONÇALVES, Ana Tereza. Mulher romana e casamento na obra de Apuleio. **História**, São Paulo, v.12, p. 115-122, 1993.

DEL CASTILHO, A. El sistema legislativo como elemento fundamental para el desarrolo feminino en el mundo romano. In: **Actas de las Quintas Jornadas de Investigacion Interdisciplinária. La mujer en el mundo antigo**. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1986.

DIGESTO. In: **Codex Justinianus. Corpus Jurisciviles**. Barcelona: Editora Pamplona, Aranzani, 1968.

FLORES SANTAMARIA, P. Las jovens romanas: una educacion para el matrimonio. In: **Actas de las Quintas Jornadas de Investigacion Interdisciplinária. La mujer en el mundo antigo**. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1986.

GIFFARD. **Precis de droit romain**. Paris: 1948.

GRIMAL, Pierre. **O amor em Roma**. Tradução de Hildegard Fernanda Feist. São Paulo:Martins Fontes, 1991.

MEIRA, Raphael Corrêa de. **Curso de Direito Romano**. São Paulo: Saraiva, 1983.

MONTERO MONTERO, M. La mujer en Roma. In **Actas de las Quintas Jornadas de Investigacion Interdisciplinária. La mujer en el mundo antigo**. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1986.

ROBLEDA S.J., Olis. **El matrimonio en derecho romano**: Esencia, requisitos de validez, efectos, disolublilidad. Roma: Libreria Editrice/Universita Georgiana, 1970.

OS GOLIARDOS

Maurício Cândido de Oliveira SOARES*

RESUMO: Personagens de uma época dominada pelo cristianismo, os goliardos formaram um grupo de "estudantes-clérigos" que viveram à margem da sociedade medieval do século XII ao século XIII. Utilizando-se da arte, criticavam a sociedade, a religião e os costumes medievais. As Tabernas eram os seus "teatros" onde expunham suas músicas e poesias em troca de refeição e, principalmente, vinho.

UNITERMOS: Goliardos; "estudantes-clérigos"; universidade medieval; cultura pagã; Carmina Burana.

Na comunidade intelectual do mundo cristão do século XII, surgem os ***Clérigos***[1] ***Goliardos***, fruto de uma sociedade que com a explosão demográfica, o desenvolvimento do comércio e a construção de cidades, vem a romper com as estruturas feudais.

* Graduando em História da FHDSS – UNESP – Franca.

[1] Conforme Maria Júlia Goldwasser, a palavra **clérigo** em francês, **clere**, tanto significa *clérigo*, como *intelectual, douto, letrado, especialista,* e ainda *funcionário burocrático.*

Dentro do costume que se firmou de que a herança ficava somente para o primogênito houve o fortalecimento de diversas atividades das cidades, entre elas se encontra a do mundo Universitários com as *escolas urbanas* (em princípio aberta a todos) e as *escolas monásticas* (reservada aos futuros monges).

Nas universidades da Idade Média, que são os berços dos Goliardos, veremos ainda, mais do que são atualmente, um mundo turbulento, onde a rivalidade entre as mesmas levam, muitas vezes, estudantes e professores a se deslocarem de uma cidade para a outra — *este é um dos fatores que veio a dar aos goliardos o título de clérigos vagabundos, e também de ser parte marcante do estilo característico de levar a vida.*

"Na Idade Média, esse tipo de indivíduo vagueava pela estrada...", eram ecléticos "clérigos" que viviam à margem de uma sociedade sistemática, a qual lhes tachavam além de vagabundos, lascivos, charlatães, bufões, pseudo-estudantes, *et cetera...*

Sendo formada de indivíduos de classes sociais heterogêneas, esse grupo tem, apesar de tudo, algo em comum, *a pobreza;* sem recursos, vivem da *mendicância, "...vai de taberna em taberna, em busca de uma refeição*

gratuita obtida por manha e, sobretudo, de um copo de vinho..." (Pernoud, 1981, p.104).

A etimologia da palavra Goliardo nos traz a derivação de Golias, porém, o Golias — encarnação do diabo ou de gula — vem a ser somente parte de uma *mitologia* que nunca veio a existir no mundo real.

Revolucionários, formaram-se de uma *"inteligência urbana". Anarquistas, acima de tudo.* Não há como contestar que faziam suas críticas à sociedade feudal em toda sua ordem hierarquizada na Idade Média. Faziam estas críticas utilizando a arte, principalmente a poesia, o que faziam com prazer.

Encontramos nelas, como temas chave, o ***jogo***, o ***vinho*** e o ***amor***, envolvendo além dos nobres e eclesiásticos, os camponeses.

Seus autores, na maioria das vezes, ficavam no anonimato.

Os goliardos também são reconhecidos pela forma ***pagã*** de suas poesias, neste contexto além de utilizarem da mitologia Grega, criam personagem fantásticos e imaginários.

Numa forma de trocadilho transformam *eclesiásticos* em *bestas*: *"o papa-leão que devora tudo; o bispo-veado; o pastor glutão que pasta e erva antes de suas ovelhas; o*

arcediago, um lince[2] *que despedaça a presa; seu diácono, um cão de caça que, com a ajuda dos oficiais, caçadores do bispo, monta a armadilha e abate a presa"*(Le Goff, 1989, p.37). Um detalhe interessante no uso da mitologia pelos Goliardos é o fato de não utilizarem a mitologia Romana. Isto se deve ao fato de serem anti-romanos.

Em suas críticas aos camponeses, mostram que vêem neles seres completamente grosseiros. Já quando o assunto se trata da nobreza, em suas censuras ridicularizam a cavalaria enquanto instituição. Mostram-se superiores em relação ao sexo, pois pensam que as lides militares embrutecem a alma humana e torna o homem menos sensível ao amor, *"Elas nos preferem, o erudito faz amor melhor do que o cavaleiro"* (Le Goff, 1989, p.38).

Um pouco da cultura dos goliardos

Suas poesias imorais, provocativas em que se atingia até mesmo a obscenidade eram expostas por eles nas tabernas onde, às vezes, para sobreviver se faziam jograis ou bufões.

[2] Mamífero carnívoro, felídeo, cuja vista penetrante, diziam os antigos, enxergava através das paredes.

Atualmente nos deparamos com algumas das obras dos goliardos na ópera do compositor contemporâneo Carl Orff intitulada **"*Carmina Burana*"**[3] em que foram compiladas uma coletânea de mais ou menos duzentas peças poéticas descobertas no ano de 1803 em um mosteiro da Baviera em Benediktbeuren, sudoeste da Alemanha. A seguir, alguns trechos para que possamos apreciar:

O Fortuna	**O Fortuna**
velut luna statu variabilis,	variável como a lua,
semper crescis aut decrecis!	sempre cresces e decresces!
Vita destabilis,	Vida detestável,
nunc obdurat,	ora maltratas,
et tunc curat.	ora exaltas.
ludo mentis aciem, egestatem,	Como o sol Derrete o gelo,
potestatem dissolvit ut glaciem.	assim dissolve a miséria e o poder.
Sors immanis et inanis,	Roda da sorte,
rota tu volubilis, status malus,	monstruosa giras,
vana salus semper dissolubilis,	insensível,
obumbrata et velata	má e volúvel.

[3] A palavra "carmina" é o plural de "carmen" (em latim, canções). O título inteiro significa literalmente **"canções de Beurens"** ou **"Canções de beneditinos bávaros"**.

michi quoque niteris; nunc per	Velada me persegues,
ludum dorsum	me atormentas,
nudum fero tui sceleris. Sors	e por tua causa tudo perco,
salutis et virtutis	a saúde inclusive, e a vida.
michi nunc contraria, est effectus	
et defectus	
semper in angaria.	
Hac in hora sine mora corde	Nesta hora sem mais demora,
pulsum tangie;	lamentemos juntos
quod per sortem sternit fortem,	o destino que esmaga o bravo!
mecum omnes plangite!	

Analisando a tradução[4] do poema de abertura da ópera "Carmina Burana", damos de imediato com a figura da Roda da Fortuna, a qual traz ao homem a riqueza e a pobreza, e neste círculo vicioso se nega o progresso, já que o destino implica um desinteresse sobre o futuro. Eis a crítica dos Goliardos: eles negam o destino social feito através do nascimento.

> *"O nobre é aquele que a virtude enobreceu;*

[4] As traduções do latim para o português foram feitas por Zito Baptista Filho.

> *O degenerado é aquele que a virtude alguma enriqueceu"* (Le Goff, 1989, p.38)

Circa mea pectora	**Meu coração**
Circa mea pectora	Meu coração
multa sunt suspira	suspira
de tua pulchritudine,	Anseio por tua beleza,
que me ledunt misere,	Grande é minha miséria,
Manda liet,	**Manda liet,**
manda liet	**manda liet**
min geselle	**minha amada**
chumet niet.	**não vem.**
Tui lucent oculi	Teus olhos brilham
sicut solis radii	como os raios do sol
sicut splendor fulguris	Como relâmpagos
lucem donat tenebris.	na noite.
Vellet deus, vellet dii	Que os deuses olhem
quod mente proposui	com bondade para meu
ut eius virginea	desejo de romper os laços
eserassem vincula.	da tua virgindade.

No poema acima encontramos como tema principal o **Amor**, na frase: ***"Grande é minha miséria"***, identificamos uma crítica, e ao mesmo tempo, uma auto-crítica. Termina dando um realce de erotismo. Aqui podemos observar a negação ao celibato quando vemos a frase: ***"Que os deuses olhem com bondade para meu desejo de romper os laços da tua virgindade"***.

In taberna quando sumus	**Quando estamos na taberna**
In taberna quando sumus	Quando estamos na taberna,
non curamus quid sit huimus,	sem pensar na morte,
sed ad ludum properamus,	corremos às mesas de jogo,
cui semper insudamus,	sobre as quais suamos.
Quid agatur in taberna,	Se queres saber o que
urbi mummus est pincerna,	acontece na taberna
hoc est opus ut queratur,	onde com dinheiro tomas vinho
si quid loquar, audiatur.	ouve então minha história.
Quidam ludunt, quidam bibunt,	Alguns homens jogam, outros bebem;
quidam indiscrete vivut.	sem discrição, outros, se divertem.
Sed in ludo qui morantur,	E entre aqueles
ex his quidam denudantur,	que ficam jogando,
quidan ibi vestiuntur,	alguns perdem
quidam saccis induuntur.	suas vestes.
Ibi nullus timet mortem	Ninguém teme a morte

se pro Baccho mittunt sortem.	jogando por Baco.
Primo pro nummata vini	Primeiro, se joga os dados por vinho,
ex hac bibunt libertini;	que os libertinos bebem.
semel bibunt pro captivis,	Brindam os prisioneiros duas vezes
post hec bibunt ter pro vivis,	Brindam à vida por três vezes.
quater pro Chistianis cuntis	Quatro vezes pelos cristãos.
quinquies pro fidelibus defunctis,	cinco pelos fiéis que se foram,
sexies pro sororibus vanis	seis pelas irmãs petulantes,
septies pro militibus silvanis.	sete pelos soldados da floresta.
Octies por fratribus perversis	Oito vezes pelos pecadores,
nonies pro manachis dispersis,	nove pelos monges transviados,
decies pro	dez pelos navegadores,
navigantibus	onze pelos dissidentes,
undecues pro discordantibus,	doze pelos penitentes,
duodecies pro penitentibus,	treze pelos viajantes.
tredecies pro inter agentibus.	Bebemos pelo Papa e pelo Rei
Tam pro papa quam pro rege	e depois bebemos, bebemos.
bibunt omnes sine lege.	
Bibit hera, bibit herus,	A senhora bebe, bebe o senhor,
bibit miles, bibit clerus	bebe o soldado e o clérigo.
bibit ille, bibit illa,	Este homem bebe, bebe aquela mulher,
bibit servus cum ancilla	bebe o servo com a criada,
bibit velox, bibit piger,	bebe o ágil, bebe o lento,
bibit albus, bibit niger,	bebe o branco, bebe o negro,
bibit constans, bibit vagus,	bebe o sedentário, bebe o errante,
bibit rudis, bibit magus.	bebe o ignorante, bebe o sábio,

Bibit pauper et egrotus,	Bebe o pobre, bebe o doente,
bibit exul et ignotus,	o exilado e o desconhecido,
bibit puer, bibit canus,	bebem os jovens, bebem os velhos
bibit presul et decanus,	o Bispo e o Diácono,
bibit soror, bibit frater,	bebe a irmã, bebe o irmão,
bibit anus, bibit mater,	bebe a velha e a mãe
bibid ista, bibit ille,	bebem os homens e as mulheres
bibunt centum, bibunt mille	às centenas e aos milhares.
Parum sexcente nummate durant,	Seis centenas de moedas não bastam
cum	para este beber sem rumo imoderado.
immoderate	No entanto nosso beber é sempre alegre
bibunt omnes sine meta.	Haverá sempre os que censuram e
Quamvis bibant mente leta,	alertam:
sic nos rodunt omnes gentes	ficaremos bem pobres.
et sic erimus egentes.	Sejam malditos os que censuram
Qui nos rodunt confundantur	e riscados do livro dos justos.
et cum iustis nom scribantur	

Vamos encontrar no poema acima, todos os personagens da sociedade medieval colocados de forma esdrúxula, envoltos ao meio de **jogos** e **bebedeira de vinho** em um mesmo ambiente comum a todos (uma Taberna!), onde

bebem, em nome de ***Baco***[5], por tudo e por todos sem preocupação.

Que destino levaram os goliardos?

Os goliardos com toda sua infame personalidade, agravada cada vez mais pelas suas críticas destrutivas, cheias de libertinagem, não poderiam deixar de escapar das garras da igreja, que os perseguiram e os condenaram diversas vezes.

O movimento intelectual não permitiu que reencontrassem as universidades, que deixaram pela vadiagem em busca da vida fácil.

Desse modo não conseguiram sobreviver, extinguindo-se no século XIII, porém suas idéias ficaram gravadas eternamente e muitas vezes utilizadas por trás de uma falsa moral, ou mesmo explicitamente em outras épocas...

SOARES, Maurício Cândido de Oliveira. The Goliards. *Ensaios de História,* Franca, v.1, n.1, p. 27-38, 1996.

[5] Deus do vinho — **elemento pagão.**

ABSTRACT: Eminent people from a Christianity era, the Goliards formed a group of "clergyman students" who lived on the fringes of medieval society from twelth to thirteenth century. Through their art, they criticized society, religion and medieval customs. Public-houses were their "theatres" where they recited their songs and poems in exchange for meals but, principaly, wine.

KEYWORDS: Goliards; "clergyman students"; medieval university; pagan culture; "Carmina Burana".

Referências bibliográficas

PERNOUDE, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Lisboa: Publicação Europa-América, 1981. (Coleção Estudos e Documentos).

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BROOKE, Christopher. **O Renascimento do século XII**: história ilustrada da Europa. Lisboa: Verbo, 1972.

ORFF, Carl. **Carmina Burana**. Encarte do CD, Gravadora Masterwork.

A CIÊNCIA EM GIORDANO BRUNO

Cristina Vieira GOMES*

RESUMO: Este artigo aborda o filme "Giordano Bruno", que nos possibilita analisar e compreender como as visões de mundo e ideologias vigentes resistem e sufocam as novas idéias oriundas de uma determinada comunidade científica.

UNITERMOS: Giordano Bruno; religião; razão; Renascença; democratização do ensino.

O homem sempre demonstrou o desejo e sempre sentiu a necessidade de entender e interpretar os fenômenos naturais e o mundo que o cerca. Formulou hipóteses e apresentou teorias, fazendo proposições afirmativas que poderiam ser verdadeiras ou falsas. Procurou desenvolver suas teorias de forma a superar as teorias anteriores (já obsoletas) que tentavam explicar o mesmo fato.

Nessa constante busca pela verdade, que é o ideal procurado pela ciência, o homem progrediu. A história da

* Graduanda em História da FHDSS – UNESP – Franca.

ciência é a conseqüência do progresso do homem. Esse progresso não se dá separadamente da sociedade em que está inserida, mas ocorre paralelamente às mudanças dessa mesma sociedade; uma influencia a outra:

> *"A ciência é o instrumento que está a transformar com grande rapidez toda a nossa civilização. E a ciência está a crescer; não como no passado, com regularidade, imperceptivelmente, mas com um ritmo intenso, aos saltos bruscos, à vista de todos nós (...) Para compreender como ocorrem essas transformações não basta saber que a ciência está a fazer: é também essencial ter consciência de como a ciência veio a ser aquilo que é; como é que, no passado, reagiu às formas sucessivas que a sociedade assumiu, como é que, por sua vez, contribuiu para moldar estas formas"* (Bernal, 1975, p.10).

Segundo J. D. Bernal a importância da história da ciência se resume nisto:

> *"É precisamente a necessidade de realizar, da melhor maneira, essa transformação, e de garantir a utilização inteligente da ciência em cada uma de suas fases que nos fornece o incentivo mais forte para o estudo das relações históricas entre a ciência e a sociedade - pois só através desse estudo podem tais relações ser adequadamente compreendidas"* (1975, p.10).

Este trabalho pretende analisar como a ciência tem influenciado e sido influenciada pela sociedade e quais são os fatores preponderantes da transformação mútua das mesmas. Através da vida e obra de Giordano Bruno, pretendo ilustrar todos estes aspectos da ciência de uma forma real, mostrando como funcionam os mecanismos da engrenagem científica e histórica (Kneller, 1980).

Segundo Kneller, a ciência é necessariamente um empreendimento social. Os cientistas dependem de uma

comunidade profissional e contribuem para ela. Essa comunidade científica, com o objetivo primordial de ampliar o conhecimento da natureza, une-se num intercâmbio progressivo de idéias e teorias que se auxiliarão reciprocamente.

O reconhecimento desses cientistas, muitas vezes, é tão forte que pode servir como entrave a uma futura desmoralização. Talvez isso explique a demora da Inquisição Romana em julgar Giordano Bruno, filósofo e cientista reconhecido por toda Europa. O que une os diversos cientistas é, com certeza, a busca pela verdade. É interessante notar esta união e solidariedade existente entre eles; no filme "Giordano Bruno" vemos isso numa pequena passagem em que um cientista, que conviveu com Bruno na mesma universidade e que agora encontra-se encarcerado, o anima dizendo que não deve desistir e se entregar às aguilhoadas da Inquisição. Ele diz: "Buscamos servir à verdade, um crime que eles (a Igreja) não perdoam"[1].

Muitas vezes essa verdade é obscurecida pelas ideologias e visões de mundo vigentes. Podemos citar o caso da Igreja, que usou durante muito tempo algumas ideologias para justificar seu poder. Isto serviu de entrave para o

[1] O filme em questão é "Giordano Bruno".

desenvolvimento da ciência. Entretanto, a sociedade está em constante movimento e transformação; junto com ela, há uma mudança nas ideologias e nas visões de mundo. Estas mudanças, por sua vez, influenciam a ciência e são, de certa forma, influenciadas por ela.

Um exemplo destas grandes transformações ocorridas na maneira de pensar do homem foi a Renascença:

> *"O Renascimento foi caracterizado por profundas transformações ocorridas na vida e na visão de mundo do homem europeu (...) o homem estava se relacionando dentro de novas coordenadas e a visão de mundo não mais podia seguir a orientação teocêntrica que prevalecera durante a Idade Média. Como conseqüência, engendraram-se transformações significativas no pensamento científico e filosófico"* (Pessanha, confere Bruno, 1983, p.7).

Durante esse período, a religião sofre abalos profundos e cada vez mais se questiona a possibilidade de

fundamentá-la racionalmente (Aristóteles). Também há uma mudança na forma de conceber o homem:

> *"A revalorização do humano e da vida natural e presente inclui o interesse pela natureza: o que antes era visto como mero local de tentações para uma alma que aspirasse as recompensas num outro mundo, torna-se objeto do conhecimento científico. Em conseqüência, desenvolvem-se tentativas de estudo experimental de fenômenos, esboçadas desde o século XIII nas universidades de Paris e Oxford"* (Pessanha, confere Bruno, 1983, p.8).

Essa mudança na mentalidade do homem, direcionando-se para um diferente enfoque do mundo e de seu próprio ser, ataca toda ideologia que sustentava a Igreja e seu poder. As conseqüências disso podem ser bem notadas quando José Américo Motta Pessanha (confere Bruno, 1983) diz que todas essas transformações não se fizeram sem conflitos profundos, pois significavam, de maneiras diversas, a

derrocada de uma ordem espiritual, social e econômica, que a séculos constituía o cerne da vida européia. Os setores tradicionais ameaçados reagiram e enfrentaram as inovações, às vezes com violência, levando à morte alguns representantes da nova mentalidade. Foi o que aconteceu a uma das figuras mais representativas da Renascença Italiana: Giordano Bruno.

Essa nova visão de mundo, fomentada pela Renascença influenciará de forma definitiva as idéias de Giordano Bruno. A visão de mundo contra a qual Bruno se insurgiu foi a de um universo de coisas fixas, criadas por um Deus transcendente.[2] Segundo Bruno, "uma nova visão de cosmos deve corresponder a uma nova concepção do Homem"[3]. É a partir daí que Bruno constrói, defendendo a Teoria de Copérnico, uma nova cosmologia cujos traços principais são o panteísmo e o animismo.

Influenciado pela filosofia de Heráclito de Éfeso, Giordano Bruno afirma que o universo é um sistema em permanente transformação, onde todas as coisas são e não são ao mesmo tempo. O universo seria um todo no qual nada é imóvel:

---

[2] Essa idéia era sustentada pela Igreja para explicar porque Deus a utiliza para manter "a ordem divina" meio ao "homem decaído".

[3] Filme "Giordano Bruno".

"...o cosmos, uno, eterno e infinito e a Terra é um dos mundos e nós... sobre ela, nós, as formas, giramos em torno do sol 'sem percebermos' "[4].

O movimento seria da natureza dos seres vivos e todas as coisas possuiriam um anímico, que as faz transformarem-se permanentemente.

Propôs uma metafísica em que não existe duas substâncias (matéria e espírito) distintas. Tudo o que existe se reduz a uma única essência material provida de animação espiritual. Assim, Deus seria imanente ao universo e idêntico a ele. Seria o próprio mundo. Suas idéias de que a terra não era o centro do universo e que existiam outros mundos, leva-o a conceber Deus desta forma:

"Se a Terra gira em torno do sol, assim como os outros planetas, existem outros sóis, outros sistemas solares e outros universos. Se isso é verdade, e é verdade, então Deus não está no alto,

[4] Idem.

fora do mundo, mas em cada partícula de matéria inerte ou viva. É a própria matéria"[5].

A visão de mundo concebida pela Renascença, em que se exalta a natureza, reflete-se na Teoria de Bruno, em que esta se torna divina. Para Bruno, o universo era infinito (repetindo a tese dos antigos atomistas gregos). A Terra não seria o centro privilegiado do universo e existiriam numerosos mundos habitados (Filosofia de Lucrécio, 98 a.C. – 55 d.C.).

O homem, para Bruno, diferentemente da visão religiosa vigente, é um ser privilegiado que reflete em si a totalidade do universo, e é capaz de penetrar-lhe todos os segredos. A mente humana é igual a mente divina. Exercer as faculdades da imaginação e memória faria o homem ascender às verdades ocultas do universo. Fazer isso, para Bruno, era uma obrigação moral e religiosa. Desta forma, Bruno contesta a ideologia religiosa de um homem decaído que precisava da benevolência e do perdão divino, concedido pela Igreja, e da sua incapacidade de entender os "desígnios divinos" e os "mistérios não revelados por Deus".

[5] Idem.

Neste contexto, onde a Igreja dominava o universo ideológico, creio que a opinião pública também respondia a seus interesses, sendo, de certa forma, adversa à ciência, principalmente se esta fosse contrária aos seus ensinos dogmáticos. Durante este período, a educação (o conhecimento) era monopolizada pela Igreja, para onde afluía a maioria dos jovens que se entregavam à carreira eclesiástica como um dos meios mais eficazes de ascensão ao poder.

Kneller (1980) afirma que o efeito da educação na ciência pode ser positivo (acelerar o progresso científico) ou negativo (retardar o progresso científico). Neste caso, podemos dizer que a educação teve um efeito negativo sobre a ciência durante este período. Isto pode ser exemplificado pelo já citado filme onde Giordano Bruno, em uma passagem, fala-nos sobre o objetivo da educação dirigida pela Igreja. "A Igreja prega: sede pobres de espírito e humildes de mente. Renuncia a Razão e apaga esta luz de sua inteligência que te inflama, te consome, pois quanto mais souberes, mais sofrerás. Renuncie os sentidos, sê prisioneiro da Santa Fé."[6]

Desta forma, a educação nas mãos da Igreja servia como instrumento de controle e entrave ao progresso

[6] Idem.

científico.[7] Por isso Bruno propõe a democratização do ensino, pois só assim poderia "nascer o novo homem". O ideal científico é justamente este: liberdade para a pesquisa científica, o que inclui igualdade nos direitos à educação e ao conhecimento.

No passado, assim como hoje, creio que a ciência era incentivada pelo Estado na medida em que servisse aos seus interesses, mas em menor escala. A maioria das pesquisas científicas eram financiadas particularmente. É interessante notar que há uma reciprocidade e interação nas pesquisas científicas. A Filosofia e a Ciência andam de mãos dadas e se complementam de forma geral. Mesmo Giordano Bruno foi influenciado pela filosofia grega medieval e pela cabala (conspiração) judaica, deixando-se impressionar por Lúlio, Copérnico, Cuzano e Heráclito de Éfeso.

"Quanto à influência que Bruno exerceu nos filósofos posteriores, é inegável o

[7] Sobre a influência da religião na ciência, discordo da afirmação de Kneller de que a "religião cristã" fora "favorável à investigação científica". Isto se torna irreal diante da própria intolerância aos grandes pensadores italianos Giordano Bruno e Galileu Galilei. Entretanto, é interessante notar que, segundo Kneller, a religião é uma fonte de idéias e, neste sentido, creio que esta idéias contribuíram para o surgimento de formas diferentes e diversas de idéias defendidas por cientistas e filósofos.

parentesco que existe entre seu pensamento e o panteísmo de Espinoza (1632 – 1677). Por outro lado, ao transformar os átomos do materialismo de Demócrito, Epicuro e Lucrécio em mônadas animadas magicamente, Bruno prenunciou a monadologia de Leibnez. Também o materialismo dinâmico de Diderot (1713 – 1784) deve muito a ele. Para a história da ciência, Bruno contribuiu com uma nova visão de mundo, apesar dos elementos arrimistas e poéticos contidos em sua cosmologia" (Pessanha confere Bruno, 1983, p. 12).

Neste trabalho, apresentei os fatores que influenciam a ciência segundo Kneller, sendo que, ao mesmo tempo, procurei ilustrá-los com a vida de Giordano Bruno. Considero agora a última questão que me propus analisar sobre Kneller:

"É a ciência moralmente neutra?" (Kneller, 1980, p. 277).

Segundo esse autor, a ciência não pode ser moralmente neutra, visto que, em geral, muitas pesquisas são determinadas pelos organismos que a influenciam e são influenciadas por visões de mundo e ideologias do seu tempo. Realmente, tendo todos esses fatores já mencionados influência direta ou indireta na ciência, torna-se difícil concluir que possa haver uma ciência moralmente neutra. No entanto, acredito que, em alguns casos, a persistência e a busca obstinada pela verdade levou alguns cientistas e filósofos a lutarem contra todas estas influências exteriores, mesmo que negativas, e conquistarem progressos científicos notáveis. Estes "grandes homens da ciência" podem não ter atingido o merecido reconhecimento em seu tempo, mas, com certeza, com as mudanças da sociedade, ocorreram também mudanças no próprio homem e na sua maneira de ver as coisas; consequentemente, hoje sabemos da importância de suas idéias e teorias para o progresso científico.

GOMES, Cristina Vieira. The Science In Giordano Bruno. *Ensaios de História*, Franca, v.1, n.1, p. 39-52, 1996.

ABSTRACT: This article is about the film "Giordano Bruno", which allows us to consider and understand how the views of world and contemporary ideologies resist and suppress the new ideas of one specific scientific community.

KEYWORDS: "Giordano Bruno"; religion; sense; Renaissance; democratization of education.

Referências bibliográficas

BERNAL, J. D. **Ciência na História**. Lisboa: Livros Horizonte, 1975. v.1.

BRUNO, Giordano. **Sobre o infinito, o universo e os mundos**. 3.ed. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Pensadores).

KNELLER, George F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar/Edusp, 1980.

DESORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Rogério Souza SILVA*

RESUMO: As transformações pelas quais vêm passando o capitalismo nas últimas décadas têm causado um progressivo enfraquecimento do Estado-Nacional. Em todo mundo as reações a esse processo são variadas, e entre elas encontram-se os nacionalismos. A crise econômica do México é um exemplo desse novo contexto e da desorganização do capitalismo.

UNITERMOS: Estado-Nacional; nacionalismo; desorganização do capitalismo.

O ano de 1989 significou a queda de todos os paradigmas que fizeram a contemporaneidade. Para pensadores liberais como Francis Fukuyama, aquele ano significou o *fim da história* e o início de uma *era de estabilidade universal*. Já para a esquerda, 1989 foi o início de uma *era de duvidade* e *revisão de conceitos*. Mas não foram apenas os regimes sob domínio soviético que chegaram ao final de um processo de decadência, mostrando a sua

* Graduando em História da FHDSS – UNESP – Franca.

verdadeira face. A aparente beleza européia ocidental do *welfare state* chegou ao seu ponto crítico. Na obra *Capitalismo Desorganizado* de Claus Offe (1989), a sociedade do bem-estar da antiga Alemanha Ocidental é dissecada, mostrando o ponto crítico a que chegou uma sociedade onde o pleno emprego não é mais uma garantia e que políticas governamentais para auxílio do trabalhador inativo não são suficientes.

Em primeiro lugar, porque a Revolução Tecnológica das últimas décadas expandiu o capital e, ao mesmo tempo, diminuiu a necessidade de mão-de-obra. Por outro lado, uma massa de desempregados (que tende a tornar-se cada vez maior) não terá, no futuro, garantias de sobrevivência dadas pelo Estado de bem-estar social. Isso tende a ficar cada vez mais grave devido à carga fiscal de que são vítimas tanto empregados como empregadores, sendo oprimidos conseqüentemente por crescentes impostos. Essa situação cria um elemento sociológico novo: um conflito entre empregados e desempregados. O autor mostra os debates sobre este tema que ocorrem na Alemanha Ocidental desde a década de 70, analisando as conclusões de três tendências políticas: os ortodoxos, que acreditam na solução desses problemas pela "mão invisível" do mercado; os realistas, que reconhecem os

problemas e acham que os trabalhadores devem inventar o seu trabalho; e a terceira via, que é a criação de uma renda mínima, ou seja, desvincular trabalho de renda.

Em suas análises, Offe demonstra que o Estado Moderno deixou de cumprir seu objetivo, que é garantir os direitos de cidadania, e tornou-se um instrumento de grupos de interesses privados. As organizações de interesse público, como os sindicatos, também passam a ter essa característica.

Dentro dessa perspectiva de análise João Bernardo (1992) vê a gradual transformação do Estado Clássico concomitantemente com a lenta perda de poder das burguesias nacionais, ao mesmo tempo que o Estado Amplo (que pode ser chamado de processo de globalização) e a ascensão dos gestores são dados que marcam esta nova época histórica. O chamado Estado Amplo e os gestores conseguem realizar um sonho que a esquerda não conseguiu: o internacionalismo. Ou, como Hans Magnus Enzensberger (1992) escreveu em seu ensaio, o fim do Estado, o internacionalismo e a igualdade foram feitos pelas grandes redes de lanchonetes.

Aliás, as tendências do mundo atual, como a globalização e as mudanças no Estado Clássico, têm sofrido as mais diversas reações em várias partes do mundo. A volta de grupos nacionalistas e o crescimento do fundamentalismo

religioso são as principais características, tanto no Primeiro quanto no Terceiro Mundo. Na Alemanha reunificada em novembro de 1989, houve um êxtase nacionalista e o crescimento da violência racial. Como Jurger Habermas disse em uma entrevista ao Jornal "Folha de São Paulo", "criou-se uma tentação em voltar a uma situação anterior: o império de Bismarck para uns, o período pré-1914 para outros e a situação de antes de 1917 para terceiros, dependendo das interpretações adotadas por cada um. Isto é fatal!"[1] Nos Estados Unidos, essa atual crise mundial é marcada, entre outras coisas, pelo crescimento de grupos de extrema direita e do fundamentalismo cristão, os quais pregam a violência contra aqueles que vêem como inimigos: o governo federal (exemplo disso é o atentado contra um edifício federal em Oklahoma) e as minorias raciais. Essas minorias, formadas por negros e hispânicos, reagem à crise econômica e à falta de perspectivas através da violência de gangues urbanas, que provocam distúrbios como os de 1992 em Los Angeles.

No leste europeu, as transformações do Estado e a globalização têm causado enormes avanços do nacionalismo separatista tendo, como resultado, guerras sangrentas como as da Bósnia e da Tchetchênia. João Bernardo vê o separatismo

[1] Caderno "Mais!" do jornal "Folha de São Paulo" de 30/04/95.

em regiões mais atrasadas como uma forma de conseguir vantagens econômicas com regiões mais desenvolvidas: "A atração sentida pela área de prosperidade constituída pela Comunidade Econômica Européia leva a que, perante à crise do antigo espaço supranacional a leste, as partes componentes concorram para ver qual se consegue ligar a Europa Ocidental em condições mais favoráveis. A busca da independência corresponde, nesses casos, à transição de uma para outra forma de supranacionalidade" (Bernardo, 1992, p.402).

Pode-se dizer que a única globalização que tem ocorrido é a da miséria e o Terceiro Mundo tem sido sua maior vítima (é claro que em graus diferentes). A causa primordial do desemprego estrutural nesta região é a mecanização da produção agrícola, que dispensa milhares de trabalhadores que vão para as cidades, mas não são absorvidos pela indústria e acabam entrando no setor informal, ou no setor terciário da economia, ou ainda, como último apelo, o crime organizado tem sido uma forma de sobrevivência para esses migrantes excluídos ou para os que já viviam há anos nas cidades. Algo como o *welfare state* jamais existiu no Terceiro Mundo. Em países onde ocorreram algumas conquistas trabalhistas como Brasil, Argentina ou México, os seus governos, que adotam uma política neo-liberal, vêm

tentando atacá-las por todos os lados. Esses países têm aberto suas economias ao capital estrangeiro, mas grande parte deste capital é especulativo, uma estratégia extremamente perigosa, como ficou evidente na crise do México no início de 1994. Não são apenas os países do Terceiro Mundo que podem ser vítimas desse capital especulativo, não há um controle seguro sobre essa massa gigantesca de dinheiro que circula pelo mundo. Todas essas violências apenas nos mostram a fragilidade dos Estados nacionais, a desorganização do capitalismo.

Enfim, procurei mostrar resumidamente o que as transformações no Estado Clássico, a globalização e a desorganização do capitalismo estão causando ao mundo, baseado em minhas idéias e nas de autores que discutem esses temas. Gostaria ainda de notar que apesar da perda das utopias que têm abalado as esquerdas nos últimos anos, penso que ainda há possibilidade de que estejam surgindo novas formas de solidariedade entre todos os seres humanos. Ouso notar isso por acreditar na criatividade humana e na sua capacidade de superação. As visões pessimistas do futuro, como as apresentadas por Enzensberger (1995), impedem a procura de outras formas de atuação na sociedade. Contra as visões pessimistas e otimistas em relação ao futuro, a última frase de

A era do impérios de Eric Hobsbawn cai sob medida: "A única certeza que podemos ter em relação ao futuro é que ele surpreenderá até mesmo aqueles que puderam ver mais longe" (1988, p. 469).

SILVA, Rogério Souza. Capitalism's Disorganization, *Ensaios de História,* Franca, v. 1, n. 1, p. 53-60, 1996.

ABSTRACT: The changes brought about by Capitalism during the last few decades have gradually weakened the Nation-State. Throughout the world reactions to this process have been varied like, for example, the rise of nationalism. The economic crisis in Mexico is an example of this new "world-order" and capitalism's disorganazation.

KEYWORDS: Nation-State; nationalism; capitalism's disorganazation.

Referências bibliográficas

BERNARDO, João. Depois do marxismo, o dilúvio? **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 43, p. 393-412, 1992.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. Modos possíveis de caminhar: o post-scriptum da utopia. IN: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Trad. Maria Inês Robin, Susan Semler e Luis Krausz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.36-44.

_____ **Visões da guerra civil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios: 1875 - 1914**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OFFE, Clauss. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

A REGÊNCIA NO IMPÉRIO: LIBERAIS, CONSERVADORES E A NACIONALIZAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Edna Maria Matos ANTÔNIO*

RESUMO: Este artigo propõe-se a analisar, em linhas gerais, a dinâmica política da fase regencial no período do Império brasileiro. Aborda também sua importância no aspecto da nacionalização do processo de independência, assim como representa a gênese de um sistema de dominação mais sólido, expresso na aliança entre monarquia e proprietários de terras.

UNITERMOS: Brasil; política; Estado-Nacional; Regência; poder.

A abdicação de D. Pedro I resultou da confluência de vários fatores entre os quais, os mais importantes, passam pelo aspecto do liberalismo e do nacionalismo. Durante o Primeiro Reinado, o Brasil não gozava de uma total liberdade e independência, muito pelo contrário, estava numa situação que ameaçava a conquista política recém adquirida.

* Graduanda em História da FHDSS – UNESP – Franca.

A passagem da situação colonial à situação autônoma representou profundo abalo na estrutura brasileira em nível político. Importava abandonar todo um sistema que vigorava durante três séculos por um outro que apenas se ensaiava e que deveria buscar, por aproximações sucessivas, adaptar-se à realidade. O sistema antigo tinha fortes laços de sujeição, submetia as classes e camadas a um esquema rígido, era minucioso nos controles, acentuadamente centralizado do ponto de vista político, com as autoridades nomeadas e cobertas por um conjunto de prerrogativas das quais era muito difícil escapar. Por outro lado, o regime de monopólio comercial isolava a colônia do mundo, vedava-lhe o conhecimento e o contato com outros povos. A própria vastidão territorial e a distância entre as diversas regiões aprofundava o isolamento, apresentando uma constelação de áreas dispersas, de desenvolvimento material diverso, menos atraídas umas pelas outras do que todas pela metrópole. Separadamente, como colônias diferentes, o único traço comum era somente a dependência à mesma metrópole.

Em linhas gerais, a orientação da classe dominante colonial, que empresariou a independência, consistia em aceitar vários aspectos da situação, menos a volta à subordinação à metrópole; aceitavam manter o regime

monárquico na pessoa de um titular que podia ter os poderes normais, menos o de reaproximar-se de Portugal; concordavam em aceitar a norma constitucional com os princípios liberais, menos aquilo que tocasse aos seus privilégios. Era um equilíbrio difícil o que se buscava, principalmente com o agravamento da situação econômica e financeira, cuja gravidade, em última análise, derivava do próprio sistema colonial, que dera continuidade a uma estrutura de produção incompatível com a situação de autonomia plena. A dependência ao exterior permanecia, embora assumisse novas condições. Permanecia porque a estrutura de produção persistia colonial e impunha, assim, o laço de subordinação ao exterior. Dessa forma, quanto mais difícil a situação econômica e financeira, maior era a **dependência.**

D. Pedro I e seus mais influentes ministros, colaboradores e conselheiros, juntamente com grande parte da alta magistratura, eram portugueses e o mesmo é observado com relação aos cargos mais altos do exército. A Assembléia Constituinte foi dissolvida por portugueses. Além disso, grande parte do comércio pertencia a eles. Por todos esses fatores, a vontade de nacionalizar a independência implicava uma atitude antilusitana que, entretanto, não era propriamente

dirigida contra a monarquia e a pessoa de D. Pedro I, mas sim à situação de ambigüidade que eles representavam.

Mas o espírito antilusitano não foi o único fator. Contribuiu consideravelmente o espírito liberal, em que os liberais brasileiros criticavam D. Pedro pela dissolução da Assembléia Constituinte, o excesso de punição aos envolvidos na Confederação do Equador e a maneira como procedera na nomeação dos senadores. Criticavam também os excessivos gastos, a perda de homens e dinheiro nas guerras do sul e a presença de tropas estrangeiras. A morte de Líbero Badaró em São Paulo e a repressão do Ouvidor Cândido Ladislau Japiassu aos festejos do sucesso dos liberais franceses, que resultou na queda de Carlos X, alertou ainda mais o liberais, ao mesmo tempo que tornou o clima político mais tenso. Os liberais exaltados proclamavam a necessidade de "reformas no sentido federativo" como único meio de prevenir o perigo do restabelecimento do absolutismo.

Deve-se considerar também o aspecto de que uma crise econômico-financeira, no fim do Primeiro Reinado, teria contribuído para a abdicação de D. Pedro I e para as revoltas dos anos seguintes. Seriam relacionadas a superação da crise econômica, a preservação da ordem social tradicional, a conservação da unidade territorial do país, à consolidação do

regime monárquico fortemente centralizador. Todos esses elementos teriam sido seriamente ameaçados por movimentos revoltosos de tendência regionalista, federalista e, parcialmente, republicana.

O período regencial, com suas lutas de centralização contra descentralização, regionalismo e federalismo contra unitarismo, experiência republicana contra sistema monárquico, avanço liberal contra a reação conservadora, explicar-se-ía por um tendência de continuidade da transição da Colônia para o Império, transição que se realiza no plano das instituições políticas, administrativas e das estruturas sociais. Pode-se até acrescentar que:

> *"o longo processo de emancipação terá seu desfecho iniludível com o 7 de abril. É a partir de então que o ato de Independência ganha verdadeiramente um selo nacional".* (Holanda, 1972, p.15)

No próprio dia 7 de abril, que amanheceu com a abdicação de D. Pedro I, constitui-se uma regência composta de três personagens: Lima e Silva, Vergueiro e Caravelas.

Teve o título de Regência Trina Provisória, pois deveria preparar as condições para a entrega do poder a quem o exercesse em nome do herdeiro, de menor idade, mas cuja escolha fosse feita sob consulta eleitoral. Em 17 de junho foi eleita a Regência Trina Permanente, composta por Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho. Constituiu-se, então, o ministério, sendo chamado ao Ministério da Justiça Diogo Antonio Feijó. A simples escolha de Feijó mostra claramente a intenção de conter o movimento que levava o Imperador à abdicação, sendo a ele delegados amplos poderes pois o ambiente era de generalizada agitação, com motins em vários pontos do território nacional e perturbações sucessivas na própria capital. Para os que temiam o aprofundamento das alterações, a agitação representava perigo iminente, por vezes alarmante. A delegação de amplos poderes à Feijó representava ainda o primeiro sinal de divisão na ampla frente política que se havia formado para derrubar o imperador.

A frente vinha se formando desde que a posição do Imperador se debilitava, desde que fora se isolando. Direita e esquerda liberal tinham se aproximado no objetivo comum de derrubar o Imperador absolutista. A expressão dessa frente, formada ao calor da luta, foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada a 19 de maio

de 1831 e reunindo os elementos mais diversos dos quadros políticos do momento e a sua formação foi a mais ampla possível. No entanto, diante dos fatos concretos e da realidade, essa frente ampla, de origem circunstancial, não sobreviveria. A realidade era contundente e apresentava sinais alarmantes da agitação. A solução encontrada resolveu em parte a situação, pois ficaram no poder os elementos da direita liberal, que haviam empolgado o movimento de abril forçando a retirada do Imperador, mas impedindo que se chegasse à República, escolhendo um regência de moderados e, principalmente, preservando o trono e salvando a monarquia.

Neste quadro político, as posições se definem e se organizam. À esquerda, em torno da Sociedade Federal, posicionam-se os liberais ortodoxos (os farroupilhas) e o exaltados (jurujubas) defendendo reformas radicais e chegando a apelar para os movimentos de rua e para os quartéis. À direita, em torno da Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira, estão os restauradores (os caramurus) que anseiam pelo retorno de D. Pedro e posicionam-se contra as reformas. No centro, com a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, estão os moderados (os chimangos) defensores da monarquia parlamentar. Paralelamente, sobressai a presença do exército, cujo papel

fora fundamental na abdicação, e que estava sendo orientado por radicais.

Frente às sedições e motins que ocorrem no país e diante do perigo que representava a possibilidade de restauração, aprova-se a lei pela qual dava-se ao governo, especialmente ao Ministério da Justiça, a autorização para constituir milícias civis, alistando e armando cidadãos que tivessem a condição de eleitores. Esse corpo devia ser subordinado aos juízes de paz, que já estavam submetidos ao Ministro da Justiça. Pela mesma lei, este ministro estava autorizado a suspender os juízes negligentes.

A sedição dos dias 13, 14 e 15 de julho de 1831, da qual participaram o exército e os exaltados, deu margem para que se iniciasse o processo de esvaziamento dessa força militar. Em 18 de agosto, criava-se a Guarda Nacional com o objetivo principal de se constituir uma força paralela que contivesse o exército. Vinha substituir os anteriores corpos de milícias e ordenanças, subordinados ao Ministro da Guerra, sendo uma "milícia cidadã" ligada ao Ministério da Justiça. Tratava-se agora de substituir a força militar nacional pela organização que se destinava a servir fielmente aos senhores de terras e de escravos, pois a Guarda Nacional, cujos comandos eram providos pelos senhores, era impedida, pela

composição, pela essência, pelo conteúdo, de servir a qualquer causa popular, de sensibilizar-se a qualquer definição das camadas mais baixas. Essa criação e a lei de 5 de junho davam ao padre Feijó um grande poder, tornando-o uma importante força política.

A tática de Feijó consistia em apresentar ao país e, principalmente, à Câmara, um quadro catastrófico de iminência da anarquia e do caos como forma de obter mais poderes ao seu arbítrio e de esmagar a esquerda liberal, limitando as suas características. Não conseguiu concretizar sua intenções: havia resistência na imprensa, na Câmara, na opinião pública. Tentou finalmente, como recurso extremo, o golpe de Estado em 1832 por via parlamentar. Os preparativos do golpe estavam ultimados: os alvos ostensivos eram os restauradores, a direita extremada e, é claro, a esquerda liberal já que estes possuíam forte representação parlamentar. A manobra consistia na demissão do ministério e renúncia da regência: a Câmara se transformaria em Assembléia Nacional e votaria, por aclamação, a chamada Constituição de Pouso Alegre, que daria ao governo os mais amplos poderes para a repressão. A Câmara, entretanto, resistiu e triturou a manobra, debilitando-a. A resistência legalista liquidou a manobra

golpista e Feijó demitiu-se. A Regência permaneceu. O avanço liberal não fora ainda detido.

Uma aliança entre uma ala dos chimangos e os caramurus, durante esse processo, marca o início da cisão moderada: é o embrião do que seria o futuro Partido Conservador.

Com o novo ministério, do qual o grupo de Feijó-Evaristo não faz parte, a Câmara dos Deputados e o Senado acertaram o início de uma política de compromisso pela qual cada um cederia um pouco. Marcam-se as datas das reuniões conjuntas, das quais nasceria a lei de 12 de outubro, autêntica transação. Essa lei dava aos eleitores dos deputados, para a legislatura seguinte, o direito de reformarem os artigos da Constituição que ali ficavam explicitados, entre outros, o que permitia a supressão do Conselho de Estado, o estabelecimento da regência una e a criação das Assembléias Provinciais. O Senado não abria mão de sua vitaliciedade e não permitia que se tocasse no Poder Moderador.

Como parte da política de compromisso, aprova-se o Código do Processo Criminal em 29 de novembro de 1832 e, finalmente, em 12 de agosto de 1834, aprova-se o Ato Adicional, que reformou a Constituição do Império. Essas duas leis, juntamente com a da criação da Guarda Nacional

em 1831, formam um todo coerente e marcariam profundamente a primeira fase do período regencial. Para uns, uma fase democrática, para outros, uma época anárquica. Talvez nem uma, nem outra, mas sim a época em que o poder local suplantou o poder central e o subjugou.

Isto é observado porque o Código do Processo Criminal de 1832 serviria para consagrar o arbítrio do fazendeiro, agora coronel da Guarda Nacional. A grande figura desse Código era de novo o juiz de paz, autoridade máxima do distrito, não sendo nomeado, e sim, eleito. Podia prender por suspeição e era quem formava o processo de culpa. Com essa organização, assiste-se à abertura de processos forjados e prisões sem culpa, com os quais os senhores da localidade intimavam e neutralizavam seus adversários.

Dessa forma, uma elite possuidora de renda mínima estipulada, através da Guarda Nacional e do juiz de paz, controlava localmente as atividades judiciárias, policiais e militares, assim como toda a vida administrativa do município, já que a Câmara Municipal era eleita por essa elite. Pulverizava-se a autoridade central. O governo geral não andaria se não contasse com o apoio desses "potentados locais".

Esse aspecto descentralizador seria completado com a aprovação do Ato Adicional. Na verdade, ele é o coroamento de toda a obra. Além de instituir a regência única, o Ato criava as Assembléias Provinciais e fixava sua competência, que abrangeria agora um conjunto mais amplo. As Assembléias decidiriam, entre outros pontos, sobre a divisão administrativa, judiciária e eclesiástica, a fixação de receita e despesa, a fixação de força policial, a suspensão e demissão de magistrados e o provimento de empregos públicos.

Em abril de 1835, procede-se à eleição do regente e o vencedor foi padre Diogo Antonio Feijó. Num pleito do qual participaram cerca de seis mil eleitores, realizado a 7 de abril de 1835, Feijó conseguiu 2.826 votos, apoiado principalmente pelos moderados ortodoxos, que se opunham à aliança com os caramurus e defendiam a primazia do Executivo sobre o Legislativo. Entretanto, a soma dos votos dados aos demais candidatos — Holanda Cavalcanti, Lima e Silva, Vasconcelos e Araújo Lima — superavam a votação de Feijó. A diferença de Feijó para o segundo colocado, Holanda Cavalcanti, ficou em menos de 600 votos, isto é, em menos de 10 % do eleitorado. Isto significa que ele foi escolhido por minoria de eleitores. Os eleitores, em sua maioria, embora com votos espalhados, preferiram o grupo da transação, que defendia

uma aliança com os caramurus, agora possível devido à morte de D. Pedro I, e um governo parlamentar.

Sem maioria na Câmara e não conseguindo conter as rebeliões, entre as quais a Farroupilha e a Cabanagem, Feijó renuncia em 1837. Para seu posto, nomeia Araújo Lima, que ocupava a presidência da Câmara dos Deputados.

A morte de D. Pedro I, no mesmo ano em que José Bonifácio fora afastado da tutoria imperial e as revoltas provinciais criam o ambiente propício para uma nova e diferente aglutinação de forças políticas, resultante de uma aliança entre parte dos moderados e os antigos restauradores. Essa composição dá-se em torno de um grupo relativamente novo no cenário nacional, que representava os interesses agrário-escravocratas ligados à produção de café.

O projeto político desse grupo tinha como base o restabelecimento da autoridade central, por meio da revogação ou reforma das leis consideradas anárquicas, e a defesa da integridade do território nacional, através da submissão das províncias ou grupos rebeldes. Tratava-se de uma política direcionada no sentido de estabelecer sua dominação não importando se para isso se utilizaria de alianças ou forças militares. Para alcançar seus objetivos, apoiaram-se no carisma da monarquia, reavivando antigas e desativadas

tradições e cerimônias, entre elas, o beija-mão. Solenidades pomposas em torno do jovem monarca, a defesa da ordem e da integridade nacional escondiam um outro aspecto: o estabelecimento da hegemonia de uma nova fração da classe dominante.

Pouco a pouco, valendo-se do alarme geral em conseqüência das agitações e movimentos rebeldes, a direita imporia alterações destinadas a defender a ordem e restabelecer a tranqüilidade e a paz. Nas eleições de 1836 para legislatura de 1838 a 1841, triunfaram os elementos que, na Câmara, faziam oposição a Feijó e a maioria era dos que exigiam ordem, paz social e garantias jurídicas. Verifica-se neles a influência dos proprietários territoriais e donos de escravos, passando a predominar os "eleitores do campo", isto é, o voto dos fazendeiros e senhores de engenho, em detrimento do eleitorado urbano.

Porque, agora, tratava-se de armar o poder de condições para que extinguisse as agitações. As alterações eram introduzidas gradativamente para reforço da autoridade central e das autoridades provinciais dependentes. Os conservadores (ou regressistas como uns se referem) no poder cuidavam de uma reforma nas leis, no sentido de fortalecer a autoridade e preservar a unidade nacional; por isso se

concretizou a tão desejada interpretação do Ato Adicional. Para impedir excessos federalistas houve a remodelação do Código do Processo.

Para os liberais, tratava-se de interromper o processo de reformas regressistas e a solução seria o golpe da maioridade, a antecipação da maioridade de D. Pedro II. Mas isto não alterou o processo de reformas. A obra do Regresso, também chamado Partido da Ordem ou Partido Conservador, consistiu em construir, de uma vez por todas, uma estrutura que garantisse o domínio dos senhores escravocratas e permitisse a reprodução das suas condições materiais de existência. Seus pilares eram a monarquia centralizada, o Poder Moderador, o Senado vitalício e o Conselho de Estado.

Assim, liberais da direita e conservadores escolhem o mesmo caminho, o de um golpe parlamentar que, sem luta, sem controvérsia, sem abalos e mantendo o velho expediente da monarquia, fórmula salvadora desde o início do processo de independência, garantia os seus privilégios e trazia o lema da ordem, da paz e da tranqüilidade. O convencimento dos proprietários de que o reestabelecimento da monarquia era apropriado se enraizava em dois pontos cruciais para esta classe:

"a demonstração de que a monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que poderia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes. A Regência falhara nos dois testes: a ordem fora constantemente quebrada pondo em perigo a própria sobrevivênvia do país". (Carvalho, 1988, p. 17).

Com relação ao sub-título "ensaio republicano", este geralmente é aplicado à Regência no sentido em que observamos, neste período de relativa ausência de Monarquia, o revezamento de homens no cenário político nacional que, sem uma "revolução" ou sem profundas transformações das estruturas herdadas do período colonial, consolidadas em função de diversos fatores como a subida ao poder da aristocracia rural, a expansão da lavoura cafeeira e a continuação da dependência econômica à Inglaterra. Eles marcam um período político fundamental em que, a partir dele, começa-se a esboçar um sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre o Rei e a alta magistratura e os grandes proprietários de terras (cafeicultores) e

comerciantes. O fio condutor que passa por todos os acontecimentos desse período é a luta entre dois partidos: o da centralização e o da descentralização; dois partidos que, diante de todo o desenvolvimento e formação histórica e geográfica do Brasil, eram naturais e justificados.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. The Regency In The Empire: Liberals, Conservatives And The Nationalization Of Independence. *Ensaios de História*, **Franca, v.1, n.1, p. 61-78, 1996.**

ABSTRACT: This article aims to analyse, in general terms, the political dynamics of the Regency in the era of the Brazilian Empire. It will also try to show the Regency's importance in nationalizing the independence movement, as well as representing the genesis of such a powerful system of domination, symbolized by the alliance between the monarchy and the land-owners.

KEYWORDS: Brazil; politics; Empire; Regency; power.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José M. de. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice/Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: ___ (org.). **O Brasil monárquico**. São Paulo: DIFEL, 1972. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2, v.1).

MONTEIRO, Hamilton. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986.

SODRÉ, Nelson W. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

WERNET, Agustin. **Sociedades políticas: 1831 — 1832**. São Paulo: Cultrix/INL, 1978.

A EMERGÊNCIA DO ESTADO NACIONAL CHILENO: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM E O LUGAR DAS CLASSES POPULARES

Fabiana de Souza FREDRIGO*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a construção do Estado Nacional chileno — século XIX — tomando como contrapartida a interpretação da historiografia chilena para o tema. Pretende entender a participação das "classes populares" e, a seguir, lançar questões que possam trazer discussões a respeito do Chile contemporâneo.

UNITERMOS: História política; Estado Nacional; Ordem; Liberdade; Chile.

"É muito importante imaginar o que pode acontecer se nos depararmos com o fato de que os lobos são bons, as bruxas são formosas, os príncipes maus e os piratas honrados. É um jogo que nos ajuda a ser mais abertos e elásticos

* Pós-graduanda em História da FHDSS – UNESP – Franca.

mentalmente, mais tolerantes ao observar a realidade pelo que é e ao interpretá-la em sua complexidade e contrariedade, ser um pouco mais livres frente a todos os 'deve ser' que a ordem nos impõe" (Stabili,1991).

A análise da formação do Estado Nacional chileno, o paradoxo onipresente da "ordem" e "liberdade" e o esforço para o enquadramento de valores "novos" muito informam a respeito do Chile contemporâneo. A tradição estatal chilena, a representatividade de seu legislativo e a construção de uma sociedade civil sólida têm suas raízes já firmadas em 1830.

É fato comprovado o interesse da historiografia chilena sobre o período da independência e da construção do Estado. Mais ainda, Diego Portales assume destaque enquanto peça-chave do desenrolar dos acontecimentos. Não por menos, Orlando Millas informa sobre a importância do arquétipo criado em torno da figura de Portales. Torna-se perceptível a construção do *mito* antes do homem. *"Sua figura é, para nós, antes de tudo a de sua estátua"* (1976, p.51). Por mais que a consideração pareça exagerada, resta a pergunta: por que

Portales? Sabe-se que ele ocupou vários cargos ministeriais, porém, sem nunca chegar à presidência. Entretanto, utiliza-se na historiografia chilena o termo "herança portaliana" (Góngora,1988). Toda esta polêmica está, intimamente, ligada às análises que abarcam o período da construção do Estado. Claro está, então, que a historiografia — seja a tradicional ou a mais recente — passa por Portales, de modo a endeusá-lo ou a denegri-lo.

Partindo da idéia acima colocada, é necessário esclarecer que este artigo aborda a interpretação e o cruzamento das matizes historiográficas do tema proposto. Dois cortes historiográficos foram selecionados. Se, num primeiro momento, eles parecem discordantes, logo se percebe a complementariedade entre ambos. Nos trabalhos de Mario Góngora e Alberto Edwards fica representada a historiografia tradicional, que em síntese, elege Portales como o "grande arquiteto da ordem". Já para o estudo da questão social, a historiografia mais recente (pós-1966, que muda seu curso com o golpe de 1973) é de grande valia. A proposição dos trabalhos de Gabriel Salazar, Julio P. Vallejos e María Rosaria Stabili é a de recuperar o estudo do *bajo pueblo*, mesmo que estes autores tenham ciência das dificuldades conceituais para tanto.

A historiografia oficial e sua análise do período portaliano

Antes de qualquer interpretação, é preciso elucidar o que significa "período portaliano" (1830-1891). Segundo a historiografia oficial, denominar sessenta anos de processo histórico de "período portaliano" só é possível à medida que se entende esse processo enquanto *continuidade*. Diego Portales foi assassinado em 1837, não obstante, as leituras de Góngora e Edwards permitem afirmar que o Chile, mesmo cinquenta e quatro anos depois, guardou a herança de Portales, ele acabou ficando como presença constante durante seis décadas da vida chilena. Góngora chega até a se referir, utilizando-se das palavras de Isidoro Errázuriz (outro admirador de Portales), à formação de uma "casta sacerdotal", composta por futuros dirigentes da política chilena.

Apesar das lutas pela independência da metrópole espanhola encontrarem-se em curso desde 1810, foi só em 1830, que o Chile conheceu o Estado institucionalizado e legalizado — a constituição data de 1833. Antes disso, a caracterização feita do período anterior (1823-1830) atribui ao cotidiano chileno a convivência com a anarquia e o pavor das elites.

O grande mérito de Diego Portales foi, segundo esses autores, o domínio do executivo, a centralização política e o controle de toda a máquina estatal. Era premissa para Portales e toda a sua "casta sacerdotal" fazer do Chile o "grande país sob o Pacífico" (Góngora, 1988).

Embora Mario Góngora e Alberto Edwards possuam visões tradicionais e concordem a respeito da suposição básica da historiografia oficial — a importância e singularidade de Portales enquanto construtor do estado nacional — algumas diferenças, também básicas, nos escritos destes dois autores devem ser pontuadas.

A primeira discussão de Góngora com Edwards levanta à discordância em torno da adjetivação do governo de Portales. Para Edwards, o governo pode ser caracterizado como "impessoal e abstrato". Percebe-se, porém, que a estratégia do autor é utilizar-se dessa premissa para a comprovação de sua tese geral. À medida que Edwards entende que as várias aristocracias não foram responsáveis pelo período de "paz e ordem" do Estado chileno, há que se dar crédito ao outro lado do poder, encarnado por Diego Portales. Dedicando grande parte de seu estudo para desvendar as ações dos grupos aristocráticos, o autor é categórico em sua conclusão sobre o papel nocivo da

aristocracia frente à construção da unidade nacional (Edwards,1991).

O objetivo último de Alberto Edwards ao caracterizar o Estado como "impessoal e abstrato" é exaltar a "grande alma e gênio" de Diego Portales. Sustentando que não houve a "colaboração" de diferentes integrantes do poder, nega-se o jogo político e transforma-se *Don Diego* no criador da instituição e no representante único e natural do Estado. Na ausência de parlamentares responsáveis, sugere-se que só Portales podia traçar os rumos para o Chile. A construção do argumento é sutil, é quase como insinuar que nada restaria ao Chile, além de desordem e anarquia, se não fosse a ação precisa do edificador da nação.

Mario Góngora parte de um suposto imediatamente contrário: acredita nos jogos de poder e entende que a construção do estado chileno foi rápida e eficaz (e se comparada aos processos do México e Argentina, realmente foi) devido, em grande parte, à coesão da "classe dominante". Para Góngora, o regime portaliano só subsistitu por seis décadas em decorrência do apoio aristocrático. De acordo com o autor, há entre Portales e a aristocracia um acordo tácito, *"uma polaridade consentida de ambas as partes"* (Góngora,1988).

A criação de Diego Portales sofre uma "humanização" na análise de Góngora. O que se quer dizer com humanizar? Embora Mario Góngora concorde com a grandiosidade das ações de Portales, não as isenta de falhas, as avalia aprovadamente, porém, sem endeusar o homem por trás das ações. Procura os créditos na criação (que é o Estado Nacional), transformando-a em seu objeto de observação constante, e, a partir daí, conclui que a *chilenidade* só nasce graças ao Estado, é por meio dele que se constróem e edificam valores tais como os da nacionalidade e da identidade.

Assim escreve o autor :

> *"A criação de Portales nasce, pois, sob um significado ambíguo: política e socialmente forte, mas interiormente marcada pelo ceticismo. Carente de idéias transcendentes, se baseia em um dever, apesar de todas as oposições exteriores e interiores, apesar da falta de "virtude republicana" no povo chileno, dos desvios de todo otimismo da época da independência, contudo há um dever que recai sob os que mandam*

e sob os funcionários e militares, para fazer do Chile um grande país sob o Pacífico" (1988,p.47).

Percebe-se que Mario Góngora retira da obra de Portales o conteúdo do "sagrado". Ela se baseia no "dever", enfrenta um horizonte marcado pelos obstáculos típicos de uma época. Embora o desejo de construir um "grande país sob o Pacífico" seja forte, essa colocação de Góngora tem o efeito de uma inserção histórica que foge ao determinismo de Edwards, para o qual a consolidação da ordem no Estado chileno aconteceria, de uma forma ou de outra, para isso bastava a condução de *Don Diego*.

Com a ascensão do governo aristocrático, após 1891, o ideal portaliano é colocado em xeque. O momento é dos partidos, da luta entre conservadores e liberais, já não cabe só ao Estado as decisões, a força e a centralização deste de nada adianta. Para Edwards, a política aristocrática é a própria "anarquia de salão". Góngora acredita que os suportes do tão bem construído Estado Nacional tendem a desaparecer com o predomínio parlamentar, afinal este é a desconstrução do período anterior. Prova destas mudanças e influências no aparato do Estado é a promoção das fraudes, da corrupção e

do estancamento econômico, conseqüências que, de acordo com estes autores, têm ligação direta com a política desenvolvida pelo parlamento.

Em síntese, pode-se dizer que Alberto Edwards e Mario Góngora provocam, a partir de suas análises, a cristalização do conceito "Estado" e fazem da política uma construção mecânica e entediante. Seja partindo da mitificação de Portales ou da elevação do Estado à categoria abstrata, ambas as visões acabam revelando o que parece ser, para estes autores, verdade absoluta: o Estado chileno nasce da criação única de um homem e não deixa de ter o estigma de um filho dependente e carente de Diego Portales.

Quanto à questão social, Góngora parece receoso de uma avaliação. Permanece na tentativa de desvendar a atuação dos ideais distintos da "classe dominante", mas faz isso através de averiguações generalizantes. Busca as percepções, do fim do século XIX, no que diz respeito ao medo de uma explosão social, mas não discute que atuação concreta teve o *bajo pueblo* frente ao Estado consolidado. Como se observa, a análise permanece lacunar. Lacunar em Mario Góngora, inexistente em Alberto Edwards.

O reverso da medalha: a questão social

A sociedade chilena, especialmente o *bajo pueblo*, sofre um verdadeiro processo de ordenamento e pauperização. A construção do Estado Nacional acaba por modificar o cotidiano de lavradores, peões, mineiros, etc.

Gabriel Salazar entende que a "história das elites" é indissociável da "história do *bajo pueblo*". Embora concorde ser este último um conceito difícil de ser trabalhado, exatamente pela ausência de produção intelectual que não seja cristalizada, mesmo assim, essa empreitada é vista pelo autor como um desafio, pois insere a necessidade de repensar o conceito genérico de "povo".

Pensando em utilizar meios que lhe permitam chegar à análise desejada, Salazar propõe-se a um estudo detalhado da campenização e descampenização do trabalhador rural, desde o início do século XVI até chegar à proletarização e marginalização do *peón* em fins do século XIX e início do XX (1985)[1].

[1] O processo de "campenização", de acordo com Salazar, ocorre através dos assentamentos, da ocupação da massa de "desocupados" (política de ordenamento) e da fragmentação dos latifúndios e das médias propriedades. A "descampenização", por sua vez, coincide com as medidas do regime portaliano num momento de crise (1840-1850). A política aplicada tende a afetar a economia camponesa minifundista.

O fundamental para Salazar é a importância que o Estado Nacional, as construções políticas e a imposição da ordem assumem no sentido de serem responsáveis pelo aborto de um processo através do qual se edificava um campesinato altamente empresarial. Mais diretamente, o autor tenta comprovar a tese de que o desenvolvimento do campo foi barrado graças à descampenização que fez do minifundista um marginal do sistema.

O panorama que Gabriel Salazar traça para o campo surpreende, com certeza, a quase todos que, por acaso, estão acostumados ao velho esquema: latifúndio, monocultura e exploração. O autor faz questão de frisar o nascimento e crescimento de uma economia camponesa que poderia ter proporcionado ao Chile um melhor desenvolvimento das forças produtivas e, também, a modernização do campo. Ao contrário disto, a penetração do capital no meio rural e a política legal do Estado provocaram efeitos perversos, típicos do latifúndio, gerando, assim, a perda de iniciativa empresarial deste campesinato e o aborto do que poderia ter sido uma possível solução para o dilema do campo (que não resolvido, persistiu até 1960, quando o governo de Eduardo Frei propôs algumas medidas que alteravam o antigo sistema de relações de *inquilinage*).

A relação de *inquilinage* atinge apenas parte do campesinato. Esta população encontra-se ligada ao latifundiário por meio da dependência econômica e da opressão. Os inquilinos representam a mão-de-obra do *haciendado*, isto não lhes confere nenhum privilégio: o sufocamento da vontade empresarial em nome dos interesses do patrão também ocorre com estes camponeses.

Interessante anotar que, se é a procura de mão-de-obra que gera a campenização, é também ela que ao "incluir ou excluir" do sistema (ordenamento da força de produção), posteriormente, provoca a fratura do campesinato. O inquilino — arrendatário com família — sofre pressões em virtude de sua busca pela estabilidade e passa a lidar com a mecanização das *haciendas*, com a pauperização e com a crescente violência institucional, forma privilegiada de conter as rebeliões no campo. Quanto ao *peón*, excluído do sistema pelo seu caráter errante — similar ao do *gaucho argentino* — se vê pressionado por contratos diretamente ligados à produção. Buscando ser incorporado ao sistema industrial na condição de *proletário sem especialização e sem ofício*, acaba por se deparar com o desemprego, o desenraizamento cultural e a marginalidade.

Não por acaso a questão social toma forma na zona mineira, para lá, a partir da década de 60 do XIX, se dirige a força de trabalho sem opção, o *peón*, em especial. A violência social e atuação das classes populares surge como força motriz de um conflito cotidiano com o Estado. Para a análise desta questão, o artigo utilizado centra-se, geograficamente, na zona mineira do salitre, no norte chileno. O recorte temporal — 1870/1900 — permite analisar a mudança das ações populares conforme muda a ação estatal (Pinto, 1995).

De forma muito esquemática, pode-se dizer que o artigo trata das diferenças entre as "violências sociais" das décadas de 70 a 90, século XIX. Propõe a percepção da escalada ou não da violência, mas a grande questão é: conforme o conflito tende a se politizar, característica presente nas décadas de 80 e 90, mais a atuação do Estado se faz presente. Sabe-se que na década de 70, a violência é diária, não obstante, o embate institucional parece menor. Por que, então, à medida que o movimento assume proporções mais coletivas, o aparato repressivo resolve atuar?

Novamente surge clara a relação com a formação do Estado Nacional. A esta altura, com todos os ajustes colocados em andamento, com a iminência da Guerra do Pacífico e a situação delicada pelos conflitos entre Legislativo

e Executivo, a reação estatal não podia ser outra. Um Estado constituído demanda *ordem* e este já estava envolvido em conflitos demais para suportar a ameaça que representava uma reivindicação coletiva. Um exemplo, de que esta análise se aplica corretamente ao acontecido, é o massacre de *Santa María de Iquique*. Na realidade, ocorre que esta rebelião, muito mais pacífica do que as analisadas da década de 70, representa um perigo certamente maior. Na lógica estatal, tal ato não parece tão contraditório, aliás, assume nuances possíveis de serem interpretadas. Por um lado, o aparato estatal vinha adquirindo maior capacidade de intervenção. Os meios para eficácia e visibilidade de sua ação aumentam na proporção exata em que este Estado se consolida. Ainda há que se levar em conta que as rebeliões, neste momento, apresentam o caráter político que é ausente nos movimentos anteriores, desse modo, a ameaça para o poder estatal é infinitamente superior (Pinto, 1995, p.50).

Enfim, se as "classes populares" não participam do processo de consolidação da unidade nacional de forma direta, fica claro que resistem ou são vitimadas pela ação de um Estado que as relega. O Estado Nacional nos ídos do XIX e início do XX, depara-se com as fraturas, greves, os conflitos. Esta "classe popular" passa a ser parte do cenário. Buscar a

continuidade do aparato estatal, significa, de algum modo, resolver a questão social, portanto, a historiografia não tem como fugir desta abordagem.

Ordem e liberdade — a dialética da construção do Estado Nacional

María Rosaria Stabili (1991) interpreta a construção do Estado Nacional através de um jogo de palavras entre *ordem* e *liberdade*. De imediato, o conteúdo dialético presente na análise faz pensar nos conflitos e contradições, ainda não resolvidos, do Chile contemporâneo.

A herança da *ordem* do regime portaliano inculcada na consciência nacional chilena — presentes em regimes como o do Gal. Augusto Pinochet — não impediu a busca do ideal da *liberdade* — seja através da confiança na possibilidade do socialismo, com Allende, ou então na busca obstinada pela redemocratização.

Atribuindo valores a épocas distintas, Stabili associa a *ordem* ao regime portaliano e a *liberdade* ao período parlamentário, nascem, neste momento, considerações importantes. Poder dizer e comprovar que em meio à *ordem portaliana* existia algo que não harmonizava e indicava o caos

— nesse caso, a violência social — e, por outro lado, que em meio ao período parlamentário — coroado pela historiografia oficial como o período da anarquia — existia também *estabilidade* que permitia a construção política (configuração de partidos); é, na realidade, mais do que lidar com um "jogo de palavras", é desconstruir toda a *ordem* estabelecida pela historiografia oficial.

Dar por encerrado este artigo é também aceitar o desafio da desconstrução, no sentido de desestruturação e não de destruição e seguir, tendo em mente que a ordem pode nascer do caos e a liberdade pode se articular entre amarras.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. The Emergence Of The Chilean Nation-State: The Construction Of Order And The Place Of The Working Classes. *Ensaios de História*, Franca, v.1, n.1, p. 79-95, 1996.

ABSTRACT: The objective of this article is to look at how the Chilean Nation-State was established in the nineteenth century, bearing in mind this country's historiographical past. It will also try to analyse the role of the working classes, and then, raise questions which will stimulate discussions about contemporary Chile.

KEYWORDS: Political History; Nation-State; order; freedom; Chile.

Referências bibliográficas

EDWARDS, A. **La Fronda Aristocratica en Chile**. Santiago: Universitária, 1991.

GÓNGORA, M. **Ensayo Sobre la Noción de Estado en Chile en los Siglos XIX y XX**. Santiago: Universitária, 1988.

MILLAS, O. **De O'Higgins a Allende**: páginas de la historia de Chile. Madrid: Michay, 1976.

PINTO, J.P. **Rebeldes pampinos**: patrones de violencia social en las oficinas salitreiras (1870–1900). Santiago, 1995. (mimeog.)

SALAZAR, G. **Labradores, Peones y Proletarios**. Santiago: SUR, 1985.

STABILI, M.R. Mirando las cosas al revés: algunas reflexiones a propósito del periodo parlamentario. In: ORTEGA, Luís (ed). **La Guerra Civil de 1891**: cien años hoy. Santiago: USACH, 1991. p.157-169.

"SOMENTE O DIFÍCIL É ESTIMULANTE"*

Marcos Alves de SOUZA**

RESUMO: José Lezama Lima faz uma análise da História Americana vista a partir de imagens construídas por quem viveu esse passado. Ele analisa clássicos literários ou gráficos, testemunhos orais e escritos, abordando a História como um ente vivo, não apenas uma sucessão de fatos inanimados. E a partir dessas fontes, Lezama traça o perfil do americano.

UNITERMOS: História Americana; imagens; clássicos literários; testemunhos; perfil do americano.

É com a frase reproduzida no título deste artigo que José Lezama Lima inicia seu ensaio, *A Expressão Americana* (1988, p.47), clamando para que não desanimemos perante todo o trabalho conceitual, por vezes difícil de entender, que este poeta cubano teceu a respeito da expressão americana, presente em documentos escritos e imagens de nosso passado.

---

* Frase inicial do ensaio *A Expressão Americana* de José Lezama (1988, p.47).

** Graduando em História da FHDSS – UNESP – Franca.

Buscando dar algumas respostas ao problema da identidade cultural do indivíduo americano, Lezama Lima vai se posicionar criticamente sobre o que é a América Latina, desde os tempos pré-colombianos até os de domínio criollo, analisando o seu destino e a especificidade de seus modelos, que antes de serem simples cópias do que o Velho Mundo "inaugura", são uma síntese entre o novo e o que de melhor temos em nosso passado. Para outros pensadores, como Octavio Paz, por exemplo, a América Latina já teria se utilizado de todas os modelos estrangeiros sem obter sucesso. Com isso, estaríamos, pela primeira vez em nossa história, sós como todos os homens. Em *O Labirinto da Solidão* (Paz, 1976), propõe que os latino-americanos devem fazer uma América Latina para e por latino-americanos. Para Lezama Lima, esses já o fizeram, basta-nos encontrar na expressão americana os documentos escritos e as imagens de nosso passado que a história oficial "não percebeu".

Em *A Expressão Americana* (1988), Lezama Lima vai defender a América Latina daqueles que não reconhecem o espírito deste continente, fruto e árvore de idéias, que não deve se deixar abater diante dos ataques de puros racionalistas alemães e seus discípulos que não dão o devido valor ao nosso mestiço caldo cultural.

O autor vai interpretar a história pela imagem presente em obras literárias e quadros ou figuras, desde antes do "descobrimento" da América pelos europeus até as visões dos criollos. Além disso, vai tentar destruir todo um conceitual que Hegel construiu a respeito da América, que coloca o continente como incapaz de se desenvolver como os europeus (notadamente os alemães) devido à mistura de raças que aqui se operou desde a colonização européia (Hegel, 1946). Hoje estamos vivendo uma onda de movimentos nacionalistas amparados em conceitos de raça pura que podem se basear em idéias como a de Hegel e fazer com que o mundo reviva novamente lutas étnicas generalizadas como as que antecederam e acompanharam a Segunda Guerra Mundial. Já em meados do século, Lezama deve ter se inspirado nesta conjuntura mundial para criticar esta postura de Hegel.

Porém, as críticas a Hegel não param por aí. Em diversos pontos de seu ensaio, Lezama critica pressupostos hegelianos e personagens que aderiram a estas premissas. Verificamos em *A Expressão Americana* (juntamente com a introdução de Irlemar Chiampi, que aborda estes aspectos) uma série de ataques de Lezama a Hegel: o "dever ser" de Hegel e seu racionalismo versus o "poder ser" de Lezama e seu subjetivismo poético; a natureza inerte de Hegel versus a

natureza espiritualizada de Lezama (espaço gnóstico); o protestantismo germânico de Hegel versus o catolicismo de Lezama; o historicismo hegeliano versus a nova causalidade do contraponto anti-historicista lezamiano; o logos teológico de Hegel versus o logos poético de Lezama; etc. Mas, a causa básica do anti-hegelianismo de Lezama é sua reivindicação do núcleo genealógico do Ocidente via América. Ele vai propor a construção de um futuro, retirando de nosso imaginário ancestral o que há de bom em termos de espiritualidade, em contraposição ao novo (protestantismo germânico insensível). Esse imaginário ancestral provém das expressões que gente simples e intelectuais latino-americanos escreveram a respeito do americano[1]. Lezama ía contra aquela corrente de pensamento que ansiava um futuro latino-americano levado a cabo pelas elites intelectuais com fundamentos europeus (Rodó, 1991) ou norte-americanos (Pomer, 1983), auxiliadas por uma juventude idealista espelhada no personagem Ariel, criado por Willian Shakespeare.

Mas, poderemos nos perguntar o seguinte: o que a poesia tem a oferecer para a compreensão de nosso passado? Para Lezama, a técnica da ficção (poesia) é ideal para a

[1] Lezama Lima utiliza-se da expressão "americano" referindo-se, na verdade, ao elemento latino-americano.

averiguação de longos períodos históricos, colocando em segundo plano as técnicas científicas.

> *"Uma técnica da ficção terá que ser imprescindível quando a técnica histórica não possa estabelecer o domínio das suas precisões. Uma obrigação quase de voltar a viver o que já não se pode precisar"* (1988, p. 55).

Esta técnica da ficção centrará seus olhos nos aspectos míticos que acompanham a sociedade americana desde os seus primórdios. Isso deve ser feito, analisando testemunhos escritos e visuais que nossos antepassados nos legaram. Invocando Toynbee e recusando o biologismo de Spengler (para este a história é repetição, visto que as culturas são organismos biológicos que evoluem segundo um ciclo), Lezama vai afirmar que as culturas são únicas em sua espécie, criam seu imaginário independentemente e se desenvolvem ou desaparecem, mas entrelaçam-se, permitindo a comparação de seus legados ("eras imaginárias"). Diante da impossibilidade de se reconstruir a verdade dos fatos, a história comete seu erro fundamental, que é o de "valorizar o passado com os

pontos de vista do presente" (Irlemar Chiampi, confere Lezama Lima, 1988, p.25).

O "devir" americano do pensamento lezamiano é uma era imaginária que soma e transforma fragmentos de outros imaginários. Este devir, produzido pelo diálogo entre os textos americanos e os de outras culturas, é trabalho do crítico ao registrar as semelhanças e diferenças entre eles. Porém, os próprios textos americanos dialogam entre si, o que homologa sua hipótese de que toda história é ficção.

> *"Dos mitos cosmogônicos, crônicas, ritos sociais, literatura, lendas, biografias, artes ou política, Lezama extrai uma constelação de personagens exemplares, verdadeiras dramatis personae do devir americano. São, muitas vezes, personagens obscuros, esquecidos ou marginais — que nenhuma história oficial da América se atreveria a incluir —, outros são personagens solares, porém focalizados pelo seu lado secreto ou menos*

BIBLIOTECA FAC. HISTÓRIA DIREITO FRANCA

> *evidente"* (Irlemar Chiampi, confere Lezama Lima, 1988, p.30).

Esta é a tônica do ensaio de Lezama, ou seja, ele vai construir a condição americana através de artistas esquecidos ou pouco abordados, misturando aspectos da época aos aspectos pessoais. É como descobrir a história através das fontes não oficiais, é descobrir um cotidiano da história, que de maneira nenhuma está desvinculado ao todo e aos outros cotidianos da história.

Ao final de seu ensaio, Lezama faz um resumo de cada etapa ou expressão americana por ele identificadas através do método da ficção por nós já abordado:

> *"Em um cenário tão povoado como o da Europa, como nos anos da Contra-Reforma, oferecemos com a conquista e a colonização uma saída para o caos europeu, que começava a sangrar. Enquanto o barroco europeu convertia-se num inerte jogo de formas, entre nós o senhor barroco domina a sua paisagem, e oferece outra solução*

quando a cenografia ocidental tendia a revestir-se de escaiola. Quando no romantismo europeu, alguém exclamava, escrevo, não com sangue, mas com tinta vermelha do tinteiro, oferecemos o fato de uma nova integração surgindo da imago da ausência. E quando a linguagem decai, numa inerte transmissão de signos convencionais, oferecemos a dionisíaca guitarra de Aniceto o Galo e o festejo zenital na rica pinta idiomática de José Martí. E quando finalmente, diante do glauco frio das junturas minervinas, ou da cólera do velho Pã ancorada no instante do seu frenesi, oferecemos, em nossas selvas, o turbilhão do espírito, que novamente encrespa as águas e deixa-se distribuir apaziguadamente pelo espaço gnóstico, por uma natureza que interpreta e reconhece, que prefigura e sente saudades" (1988, p.186).

Esse belo segmento coloca a nu a grandeza do que é nosso, e coloca a afirmação de Hegel (de que o continente americano não é capaz de produzir nada de bom) em xeque. A riqueza de uma cultura depende da sua capacidade de assimilar, sintetizar e renovar formas virtuais de outras culturas. A expressão americana sempre conseguiu selecionar, com precaução, o que há de melhor e mais útil dentre as influências mundiais. O próprio título do livro, *A Expressão Americana*, é uma mostra dessa preocupação do autor, pois diante de um ambiente latino-americano que negava o elemento norte-americano, muito em decorrência da obra de Rodó, *Ariel* (1991), Lezama não vai negar o que de bom os norte-americanos legaram ao mundo. Ele não chega a propor, como o fez Sarmiento (Pomer, 1983), a vinda de norte-americanos civilizados para formar uma nova cultura político-social latino-americana. O pensamento lezamiano, no entanto, aceita o debate entre o que é latino-americano e o que é norte-americano, uma vez que, desse debate, surge um novo ideário ou fortalece-se o ideário latino-americano inicial.

O americano de Lezama não é, e nem deve vir a ser, como o diáfano e etéreo Ariel de Rodó, bem como não deve ser como o novo-hispano solitário, dilacerado e patético caracterizado por Octavio Paz. O americano de Lezama Lima

está mais próximo de Calibán[2] e daquilo que Hegel caracterizou como ruim para a América. Nesse americano, prevalece o desejo de liberdade a qualquer custo e o desejo de conhecimento da natureza, apesar da mais violenta tempestade histórica que nem mesmo Shakespeare seria capaz de retratar. São personagens que a história oficial não aborda, que constroem o que de mais americano já foi construído:

> *"a tradição das ausências possíveis (em contraposição às presenças impossíveis) tem sido a grande tradição americana e nela se situa o fato histórico performado. José Martí representa, numa grande natividade verbal, a plenitude da ausência possível. Nele culminam o calabouço de frei Servando, a frustração de Simón Rodríguez, a morte de Francisco de Miranda, ..."* (Lezama Lima, 1988, p. 131).

[2] Calibán é um personagem de *A Tempestade* de Willian Shakespeare, peça onde sobressaem três personagens: Próspero, que simboliza o conquistador, o colonizador, o organizador, o administrador; Ariel, que simboliza o intelectual, o espírito, a cultura, a interpretação; e Calibán (anagrama de "canibal") que simboliza o nativo, o selvagem, o não-europeu, o bárbaro.

O ideário lezamiano traça as principais características do signo americano: conversão do inimigo em auxiliar; entrar em templo alheio por curiosidade, ganhá-lo pela simpatia e levá-lo depois a saborear nossa omnisciente liberdade; a fineza de solicitar com mistério e a malícia.

> *"Em todo americano há sempre um gongorismo manso, que explode o seu verbo quando passa o vinho, confortável, não trágico como o espanhol, no dia do batismo ingênuo ou quando naufraga deliciosamente em afetos aljofarados"* (Lezama Lima, 1988, p.135).

A grande capacidade do americano consiste em incorporar mitos e culturas externos sem deixar de lado nossas raízes ancestrais, que garantem a credibilidade do que é nosso. Lezama acredita, como Martí (1983), na capacidade das jovens gerações latino-americanas de criar novos modelos amparados em nossa realidade, que antes de serem frutos de antigos modelos estrangeiros aqui implantados, são uma

síntese entre eles e o ideal latino-americano, que sempre viveu na penumbra da história oficial, mas viveu. O historiador norte-americano Richard Morse (1988), por exemplo, reconhece esta faceta do povo latino-americano. Para ele, o norte-americano deve prestar atenção à opção cultural da América Latina ao invés de, simplesmente e agressivamente, tentar impor um espelho norte-americano ao sul do continente americano.

Se somente o difícil é estimulante, a história americana, vista pelas imagens construídas por quem viveu o passado, é extremamente excitante. A análise de clássicos literários ou gráficos, de testemunhos orais ou escritos faz com que a história se torne um ente vivo, não apenas uma sucessão de fatos inanimados. E como a expressão americana é muito rica e decorrente do choque de várias expressões, internas ou externas, aqueles testemunhos ficam mais repletos de enigmas e mitos, dificultando a interpretação da história americana. Dificultando e estimulando.

SOUZA, Marcos Alves de. "Only The Difficult Is Stimulating". *Ensaios de História*, Franca, v.1, n.1, p. 97-110, 1996.

ABSTRACT: José Lezama Lima gives an analysis of American History seen through the eyes of those who lived through this period. He analyses literary and artistic classics, oral and written testimonies, and treats History not as a succession of lifeless facts but as a living being. And from these sources, Lezama traces the profile of the American.

KEYWORDS: American History; images; literary classics; testimonies; profile of the American.

Referências bibliográficas

HEGEL, Friedrich. Introdución especial a leciones de filosofia de la historia universal. Tradução de José Gaos. **Revista de Occidente**, Buenos Aires, p.73, 1946.

LEZAMA LIMA, José. **A expressão americana**. Tradução, Introdução e Notas de Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

PAZ, Octavio. **O Labirinto da Solidão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POMER, León (org.). **D. F. Sarmiento**. São Paulo: Ática, 1983.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: Unicamp, 1991.

SHAKESPEARE, Willian. **A Tempestade**. 2.ed. Porto: Lello & Irmão, s/d.

A ESCRITA DAS CIDADES

Arrovani Luiz FONSECA*

RESUMO: Este artigo propõe-se a revelar o objeto cidade como uma escrita como pergaminho que se conforma pelas várias visões que debruçam sobre ela. Mostra a dificuldade em se obter uma legibilidade da cidade, pelo próprio fato dela receber as mutações da história. Ao tentarmos resgatar o passado da cidade, percebe-se um verdadeiro jogo enigmático, ora solucionável ora insolucionável.

UNITERMOS: Cidade; escrita; memória.

Quando propomos a discutir o objeto cidade desenvolvemos uma atitude arqueológica. A escrita das cidades estabelece o enlace entre memória e escrita. Esta escrita, por sua vez, está relacionada com as dimensões espaço-temporais do objeto urbano. Dimensões essas que engendram o próprio processo histórico da cidade.

Decifrar a escrita das cidades é resgatar o perdido no espaço urbano. Tornar a cidade legível torna-se tarefa difícil.

* Pós-graduando em História da FHDSS – UNESP – Franca.

Apreender seus múltiplos sentidos numa tentativa de recuperar a sua legibilidade urbana é indicativo de um jogo aberto e sem solução.

Apagar os traços que caracterizam a cidade, arte, arquitetura, planejamento urbano, praças e monumentos, significa esmigalhar os símbolos do espaço urbano que coloca em risco diversas criações da dimensão cultural gerada pela cidade. Nesse sentido Escrita e Memória revelam fragmentos que nem sempre o palimpseto pode recuperar. Este ao tentar uma leitura da cidade remete a outra imprecisa e, às vezes, intransponível. Como exemplo:

> *"particularmente em cidades como o Rio, demolir é índice de apagamento do passado, da memória, da cidade compartilhada, da cartografia afetiva"* (Gomes, 1994, p.15).

Especialmente no Rio de Janeiro, uma cidade em que deveria transparecer a noção de primeiro mundo, a idéia de modernidade criava um contraste com o traçado mal ordenado do período colonial, o que logicamente não alinharia com as modernas capitais do século XIX. Toda nação alia o desejo

nacional com alguma cidade. Pereira Passos, o "Haussman dos Trópicos", não polpou esforços para concretizar essas idéias, rasgou avenidas, alargou ruas, construiu praças e boulevares, tudo ao mais sofisticado estilo europeu. Reinventou e valorizou os símbolos urbanos: Palácio Monroe (1906), Escola Nacional de Belas Artes (1908), Teatro Municipal (1910).

A massa de pobres e a classe média foram deslocados para os morros próximos ao centro ou para o subúrbios. O objetivo da reforma urbana foi expulsar os diferentes grupos sociais e culturais já que esses eram "incompatíveis" com uma cidade pretenciosamente européia. O projeto de Pereira Passos impediu a persistência dos traços coloniais para deixar avançar a metrópole. Ao mesmo tempo que associava as transformações do espaço, implementava o extermínio de doenças fato que culminou numa das mais expressivas situações de resistência aos desmandos urbanos: a revolta da vacina (Sevcenko, 1984).

Belo Horizonte (1893), nasce da febre urbanizadora do século XIX, sobre o signo das idéias Haussmanianas do engenheiro Aarão Reis. A capital mineira nasce sem a turba de Paris, mas sua concepção urbanística revela antíteses implícitas nas narrativas utópicas próprias dos discursos

(re)fundadores e de melhoramento das capitais do seu século (Salgueiro, 1995, p.196).

A Paris do século XIX é marcada pelas propostas de redimensionamento político e estatal do poder na figura de Haussman, enquanto que Belo Horizonte, também um símbolo do pensamento político republicano no país

> *"é uma cidade nova e não uma proposta de intervenção sobre um tecido urbano já constituído"* (Salgueiro, 1995, p. 197).

Em Belo Horizonte "a Haussmanização", se existe só pode ser fragmentária. A racionalidade do espaço nos trópicos, ou melhor no Brasil, é um fato persistente pelo século XX em projetos que espelham o virtuosismo do Estado na intervenção urbana a exemplos de Goiânia, Volta Redonda e Brasília.

São Paulo, a metrópole que inaugura a modernidade no Brasil, é na feliz expressão de Benedito de Toledo "três cidades em um século", é um exemplo claro onde o palimpseto torna-se impraticável (Toledo, 1981). Da cidade de taipa não resta praticamente nada (Glezer, 1993). Tentar ler as

camadas que se sobrepõe uma às outras, como a cidade grega de Tróia, apresenta-se uma tarefa árdua. Não podemos ler a provinciana capital do café outrora representada na Avenida Paulista, que hoje se coloca como símbolo do capitalismo selvagem num país subdesenvolvido. O que resta, não além da zona central, são os vestígios da arte eclética de vários prédios e edifícios dos anos 20, igrejas, palacetes, monumentos, praças que hoje valorizam um pequeno espaço já estilhaçado da memória pela perda de seus referenciais. A metrópole imponente retira do cenário urbano o arcaico para submergir o novo a todo custo.

A cidade colonial, administrativa, burocrática, fidalga, da Faculdade de Direito que formava a elite cultural do país, em um século salta de 21.000 hab. para 9.800.000 hab., estendendo-se de 120 Km² de área construída (Glezer, 1994), abrangendo antigas freguesias e paróquias, convivendo com a dessincrônica passagem de diversos tipos de sociedade: do barão de café ao empresário, do camponês ao operário.

O movimento modernista, tendo como palco a cidade de São Paulo, rompeu com a nostalgia romântica brasileira correspondendo com as expectativas e necessidades da Nação. Porém o modernismo brasileiro

> *" ... se identificava com os padrões culturais franceses enclausurando-se numa cultura acadêmica rígida e ignorando, salvo poucas exceções, as graves contradições do país"* (Bolle, 1990, p.14).

Em seu modernismo militante, Mário de Andrade flagrou:

> *"São Paulo ! Comoção da minha vida. Galicismo a berrar nos desertos da América"* (Bolle, 1990).

Note-se que galicismo, tem duplo significado: um, no sentido de síntese de culturas e de raças; outro de associação à subserviência à cultura francesa.

A cidade industrial dos anos 20, inicia no Brasil a literatura moderna. Na prosa de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, a literatura urbana apresenta-se de primeira mão com seu estilo revolucionário condizente com os anseios da capital que crescia desmensuradamente e que era "olhada" pela burguesia industrial e pela classe operária emergentes.

No final da década de 30, Prestes Maia (1938-45), implantou o "Plano de Avenidas" juntamente com um sistema ideal, concêntrico de avenidas, o sistema "Y". Várias ruas foram alargadas, casarios derrubados, praças e igrejas demolidas, novas ruas e avenidas abertas.

A proposta renovadora de Prestes Maia, tinha na verdade a intenção de conduzir

> *"a passagem de uma provinciana capital do café à poderosa metrópole industrial, numa trajetória que se estende por quase cinco décadas..."* (Kruchin, 1990, p. 32).
>
> *"A essencialidade moderna não bastava como significação. Era preciso encontrar e traduzir, numa dimensão simbólica, a cidade desejada"* (idem, p.31).

Ou seja, as idéias de renovação urbana deveriam expressar um julgamento da metrópole que atava seu crescimento à industrialização. Deveria exprimir uma

legibilidade em consonância com as famosas capitais do mundo: Paris, Londres, Viena, Berlim, Nova York.

A Escrita das cidades coloca-se sob diferentes formas de manifestação representativa. A literatura, o urbanismo, a política, a arte, a economia constituem especificações da produção do conhecimento nas cidades. Desvendar a arqueologia das cidades é mostrar antes de mais nada uma situação histórica de sua escrita.

FONSECA, Arrovani Luiz. The Cities' Writting. *Ensaios de História*, Franca, v.1, n.1, p. 111-119, 1996.

ABSTRACT: This article aims to show the city as a blank parchmant scroll, like a writting filling itself with the widely disparaging range of texts it's people compose. It will show how illegible the city can be, due to the mutations it has suffered throughout history. As we try to revive the city's past, we realise the extent of its enegmatic nature: sometimes solvable, sometimes not.

KEYWORDS: City; writting; memory.

Referências bibliográficas

BOLLE, Willi. A cidade "sem nenhum caráter". Leitura de Paulicéia Desvairada de Mário de Andrade. **Espaço & Debate**, São Paulo, n. 27, p.14-27, 1990.

GLEZER, Raquel. Visões de São Paulo. In: BRESCIANI, Stella (org.) **Imagens da cidade**. São Paulo: ANPUH/MARCO ZERO, 1993. p.164-175.

_____. São Paulo, cem anos de perímetro urbano. **História**, São Paulo, v. 13, p. 155-166, 1994.

GOMES, Ricardo Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KRUCHIN, Samuel. São Paulo 30 — 60: quatro movimentos. **Espaço & Debate**, São Paulo, n. 27, p. 14 - 32, 1990..

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussman. **Revista USP**, São Paulo, n. 26, p. 195 - 205, jun./ago., 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo**: três cidades em um século. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TRADUÇÃO/*TRANSLATION*

GRAMSCI: UM PENSAMENTO MARCADO PELA SUSPEITA*

José ARICÓ

Há cem anos de seu nascimento, pouco mais de cinqüenta de sua morte em uma clínica de Roma e sob a liberdade vigiada do fascismo, Antonio Gramsci sobrevive à queda de todos os muros. Se hoje se debate até que ponto seu pensamento vai além do marxismo, ninguém pode negar que a queda dos regimes do Leste e a desintegração do comunismo como corrente ideal e política constituem fenômenos que precocemente Gramsci soube ver e submeter à crítica enquanto seus elementos se prefiguraram. Mais ainda, em contraposição com tais elementos, seu trabalho teórico criou um conjunto de categorias de análise histórico-políticas

*Tradução de César Ricardo de Andrade, graduando em História da FHDSS – UNESP – Franca. Publicação original: ARICÓ, José. Un pensamiento recorrido por la sospecha. ***Nueva Sociedad***, Carácas, n.115, p. 124-125, set/out, 1991.

estritamente alheias ao marxismo da Terceira Internacional e do próprio Lênin.

A consumação do ciclo aberto em 1917 pela Revolução de Outubro permite projetar uma nova luz sobre o sentido profundo de suas reflexões, feitas na solidão da reclusão carcerária, na medida em que concebeu esta enorme tarefa de reconstrução teórica *für erwig*, isto é, para a Eternidade, não condicionada, em seus resultados, nem a um partido determinado, nem a uma experiência estatal concreta. À luz da decomposição inevitável dessa exangue "figura de vida" que foi a experiência soviética, podemos reconhecer quão precocemente o mocho de Minerva da análise gramsciana alçou seu vôo. Porque desde 1926, o ano do enfrentamento com Palmiro Togliatti em relação ao caráter da luta no interior do grupo dirigente bolchevique, mas com maior profundidade e riqueza de análise nos *Cadernos de Cárcere*, Gramsci percebeu o buraco em que veio a cair a revolução russa, sua falta de expansividade, seu fracasso como tentativa de mundialização da história. Essa percepção, fundada no reconhecimento do fracasso da revolução no Ocidente e na análise das tendências da história que a crise dos anos 30 possibilitou determinar mais claramente, está explícita ou implicitamente no interior dos *Cadernos*;

esclarece o sentido de suas reflexões e dá conta do porquê Gramsci não pode ser incluído *in toto* na tradição comunista.

Seu pensamento esteve marcado pela suspeita de uma profunda crise pelas mesmas razões constitutivas da experiência soviética e pela compreensão de toda uma mudança de época no ordenamento do mundo. Para que suas idéias pudessem compor uma reflexão geral, naqueles difíceis anos de férreo vínculo com a União Soviética, eram necessários dois requisitos: a solidão política e uma autonomia teórica que possibilitasse ver o que a tradição ocultava. Essa reflexão, em suma, somente podia se abrir em oposição à política comunista e à sua avaliação da conjuntura epocal.

Paradoxalmente, o cárcere assegurou a Gramsci o primeiro requisito. O segundo foi possível porque o "marxismo" de Gramsci teve muito pouco a ver com a vulgata determinista e reducionista que caracterizou o marxismo da Segunda e da Terceira Internacional. A necessidade de construir um objeto teórico distinto e autônomo em relação ao que se conformou o leninismo a partir dos fatos de Outubro explica as novas perguntas que sua reflexão coloca, e as novas categorias analíticas com as quais tenta dar conta de dois grandes fatos: o fracasso da tentativa bolchevique de "mundialização" e o "americanismo" como a tentativa mais

avançada de passagem do velho individualismo a uma economia programática. Sua reconsideração do Estado e do papel da sociedade civil, o conjunto de suas principais categorias analíticas, a distinção entre Oriente e Ocidente e suas conseqüências para uma estratégia política fundada no consenso e, de uma forma geral, sua teoria da hegemonia (que necessita de toda aquela enervação categorial para poder ser sustentada), coloca-nos frente a um pensador profundamente original, um verdadeiro clássico, pode se dizer, na medida em que deu uma forma classicamente representativa a uma corrente doutrinária de fundamental importância no horizonte político e ideológico da sociedade contemporânea. Refiro-me ao marxismo. Mas, um clássico também porque, posto sob o prisma das novas problemáticas da sociedade, ilumina aspectos e evoca temas e demandas não satisfeitas.

Nossa época é distinta da que ele viveu. Hoje não concordamos com sua visão de partido nem com sua esperança na revolução, tal como ele e seu mundo a conceberam. Mas sua pergunta, a propósito de quem e como se dirige uma sociedade, ou de que maneira se criam as condições favoráveis para a superação da distinção entre governantes e governados são as perguntas que devem ser respondidas por uma postura crítica que não aceita o mundo

como é porque acredita que é possível e desejável transformá-lo. Aqui reside sua "atualidade" e não seríamos nem justos nem sábios se a desconhecermos.

CRONOGRAMA PET/HISTÓRIA

CRONOGRAMA PET-HISTÓRIA

Março

Dia 25 — quinta-feira, 13h45, sala 154

Discussão de pesquisas bibliográficas para os seminários.

Abril

Dia 17 — quarta-feira, 20h30, sala 132

Conferência do professor Alberto Aggio – Tema: Uma proposta de interpretação histórica (História da América).

Dia 18 — quinta-feira, 13h45, sala 132

PET/ATENTO – Conversa com os primeiros anos do curso de História – Tema: Consulta aos acervos da biblioteca e sua importância para a escrita da História.

Dia 23 ou 24 — terça ou quarta-feira, 20h30, sala 132

Conferência da Profª Drª Márcia D'Aléssio.

Dia 29 — segunda-feira, 13h45, sala 154

Seminário aberto pelos petianos Marco Antônio Matos Antônio e Ricardo Moraes Scatena. Tema: Sociedade, Escola e História. Docentes convidados para debate: Alice Aguiar Barros Fontes, Ana Maria Faleiros, Luiz Alfredo Chinali, Maria da Graças R. M. Petruci e Moacir Gigante (a confirmar).

Maio

Dia 6 ou 9 — segunda ou quinta-feira, 13h45, sala 154

Seminário aberto pelos petianos Andréa Cristina de Oliveira, Flávia Rodrigues Vieira e Adail do Couto Diniz. Tema: Etnologia e História. Docentes convidados para debate: Nélson Chapochinik, Dulce Maria Pamplona Guimarães e Wálter Cardoso (a confirmar).

Dia 14 ou 15 — terça ou quarta-feira, 20h30, sala 132

Conferência da Profa Suzeley Mathias Kalil. Tema: História e Ideologia.

Dia 22 ou 23 — quinta ou sexta-feira, 13h45, sala 132

PET/A TETE

Dia 30, quinta-feira, 13h45, sala 154

Seminário aberto pelos petianos Ernâni Soares de Paula, Karina Elizabeth Serraz e Marisa Geralda Barbosa. Tema: Modernidade. Docentes convidados para debate: José Evaldo de Mello Doin e Moacir Gigante.

FIM DE MAIO E INÍCIO DE JUNHO: SELEÇÃO PARA O PET-HISTÓRIA

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Adultério, p. 9
Americano
    Perfil do, p. 27
Brasil
    Império, p. 61
Bruno, Giordano, p. 39
Capitalismo, p. 53
Casamento, p. 9
Carmina Burana, p. 27
Chile, p. 79
Cidade, p. 111
Clássicos literários, p. 27
Cultura pagã, p. 27
Divórcio, p. 9
Ensino
    Democratização, p. 39
Escrita, p. 111
Estado-Nacional, p. 53, 61, 79
Estados Unidos
    História, p. 97
Estudantes-clérigos, p. 27
Goliardos, p. 27
Imagens, p. 97
Liberdade, p. 79
Literatura, p. 97
Memória, p. 111
Mulher, p. 9
Nacionalismo, p. 53
Ordem, p. 79
Poder, p. 61
Política, p. 61, 79
Razão, p. 39
Regência, p.61
Religião, p. 39
Renascimento, p. 39
Testemunhos, p. 97
Universidade medieval, p. 27

SUBJECT INDEX

SUBJECT INDEX

Adultery, p. 9
Power, p. 61
Brazil
    Empire, p. 61
Bruno, Giordano, p. 39
Carmina Burana, p. 27
Capitalism, p. 53
Chile, p. 79
City, p. 111
Clergyman students, p. 27
Divorcy, p. 9
Empire, p. 61
Education
    Democratization, p. 39
Freedom, p. 79
Goliards, p. 27
Images, p. 97
Literary classics, p. 97
Medieval University, p. 27
Memory, p. 111
Nation-State, p. 53, 61, 79
Nationalism, p. 53
Order, p. 79
Pagan culture, p. 27
Political History, p. 79
Politics, p. 61
Profile of the American, p. 97
Regency, p. 61
Religion, p. 39
Renaissance, p. 39
Sense, p. 39
Testimonies, p. 97
United States
    History, p. 97
University, p. 27
Wedding, p. 9
Women, p. 9
Writting, p. 111

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

ANTÔNIO, E.M.M., p. 61
ARICÓ, J., p. 123
FONSECA, A.L., p. 111
FREDRIGO, F.S., p. 79
GOMES, C.V., p. 39
SILVA, G.J., p. 9
SILVA, R.S., p.53
SOARES, M.C.O., p. 27
SOUZA, M.A., p. 97

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

Informações gerais

Os ENSAIOS DE HISTÓRIA publicam trabalhos inéditos de autores da FHDSS – UNESP – *Campus* de Franca, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes ítens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se

enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

Preparação dos originais

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 6.0,* apresentados em letra 13, tipo New Times Roman, espaço 1.5; os textos devem ter no máximo 15 páginas.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte sequência: *Título; Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora — bolsa e/ou auxílio a pesquisa — quando houver); *Resumo* (com máximo de cinco linhas); *Palavras-chave* (até cinco); *Texto* (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas);

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual *Normas* para publicações da UNESP.

Agradecimentos; Title, Abstract e Keywords (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents.* Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico.* 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa.* São Paulo: Cultrix, 1972, p. 47-66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, civilização e trabalho.* O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, São Paulo, v.7, p. 59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A.J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p. 114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais

(1955) assinala...". Quando for necessário especificar páginas(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espacejamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Oliveira & Leonardo, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al, 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11,5x18 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismo arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.